

**urbanização e habitação no Morro do Horácio: uma
abordagem articulada de estudo urbano e arquitetônico
para a área da Servidão Assis Antunes de Matos**

departamento de arquitetura e urbanismo, ufsc
trabalho de conclusão de curso
graduanda, isamara gabriela de souza
orientadora, prof^a dr^a maria inês sugai

agradecimentos

Reservei o primeiro espaço deste caderno para agradecer não somente aqueles que me ajudaram a tornar este trabalho possível, mas a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para meu processo de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Agradeço primeiramente a minha família, em especial a minha mãe Rose e irmãs Solange, Suzana, Pricila e Ana Livia por serem minhas maiores inspirações e por não medirem esforços para me dar todo apoio e suporte para passar pela graduação da forma mais confortável e tranquila possível.

Agradeço as minhas melhores amigas Carol e Ana por compartilharem comigo as mais diversas experiências durante os longos anos da graduação, por tanto afeto, apoio e ajuda até aqui, é um privilégio contar e conviver com vocês. Agradeço aos outros amigos queridos que conquistei nesse caminho e que também compartilharam dessas experiências comigo. Agradeço especialmente a generosidade e o apoio do Arthur e do Marcelo para conclusão deste trabalho.

Agradeço a Mayara, Michele e a toda a equipe do Centro de Saúde da Agrônômica que me acolheram e me apresentaram o Morro do Horácio e demais comunidades da Agrônômica.

Agradeço a todo o corpo docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo pela formação de qualidade que extrapola o campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo. Agradeço em especial aos professores que me fazem acreditar na profissão que escolhi cursar, a minha orientadora Maria Inês, a quem eu tenho profunda admiração pela profissional e pessoa que é e pelo seu comprometimento e dedicação durante todo processo de elaboração deste trabalho e ao professor Samuel, por ser um grande amigo, uma referência de pessoa e por sempre me apoiar e me fazer acreditar em mim mesma.

Agradeço às instituições e espaços que tive a oportunidade de integrar e que contribuíram em grande medida para minha formação, em especial ao PET/ARQ, ao projeto de extensão na Serrinha e ao LABURB e a todos aqueles que tive oportunidade de trabalhar

conjuntamente, principalmente ao apoio dos colegas da equipe do Plano Diretor de Angelina nesses últimos meses.

Por fim, agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, por ser uma Universidade pública de excelência e pelo seu sistema de cotas que me oportunizaram uma das melhores experiências da minha vida.

Concluo a graduação feliz e orgulhosa por me ver acolhida em uma grande rede de apoio e por todo crescimento até aqui.

Boa leitura!

índice

considerações iniciais	01
embasamento teórico	
a produção do espaço urbano de florianópolis	03
o maciço do morro da cruz	06
o morro do horácio	08
metodologia da proposta	12
proposta - comunidade	
caracterização geral da comunidade	13
setorização	14
diretrizes	15
proposta de estudo urbano e arquitetônico	
setor 03	16
relocações	17
delimitação dos lotes e usos	18
implantação	20
sistema viário	21
tratamento das vias	22
áreas verdes e estratégias sócio-ambientais	23
infraestrutura urbana	24
o programa	25
etapas	27
perspectivas	28
referências bibliográficas	29

considerações iniciais



em primeiro plano o Morro do 25, ao fundo edifícios da beira-mar norte acervo do autor, outubro de 2022.

A exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental. Maricato, 1996

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e as diferenças sociais de sua sociedade se especializam em cidades cada vez mais segregadas. Segundo o IBGE (2010), mais de 80% da população brasileira vive nas cidades, ou seja, convive e é diretamente impactada por contextos dicotômicos conformados pela autosegregação de uns - aqueles mais ricos - e a segregação imposta a outros - aqueles mais pobres e excluídos. Villaça (1998, p.45) esclarece que a segregação espacial é uma “condição necessária para o exercício da dominação através do espaço intra-urbano”. Para o autor, portanto, a segregação espacial é uma característica inerente ao processo de urbanização das cidades capitalistas, na medida em que reforça a dominação social, econômica e política e, assim, contribui para a manutenção da hierarquia social. E de que forma? Através da disputa pela terra.

A terra se tornou mercadoria no capitalismo e seu preço é definido, basicamente, pela sua acessibilidade e disponibilidade de serviços urbanos, ou seja, pela sua localização. A localização, a sua vez, é produzida socialmente “sob o comando da classe dominante que para isso aciona o Estado, os empreendedores imobiliários e a ideologia” (VILLAÇA, 1986, p. 115). Dessa forma, segundo o autor, a distribuição da cidade fica condicionada a uma lógica bem simples: de um lado, as camadas de mais alta renda tendem a se autosegregar em áreas homogêneas, onde o Estado, além de legislar, passa a concentrar investimentos em infraestrutura e equipamentos públicos e, conseqüentemente, a fomentar sua valorização; de outro, a quem não pode pagar para viver nessas áreas, restam as periferias distantes e desprovidas de quaisquer infraestruturas, onde o preço da terra é mais baixo, ou, a quem ainda sim não consegue acessá-las, a invasão de áreas ambientalmente sensíveis sem as condições mínimas de habitabilidade, onde o Estado, em geral, se faz pouco presente.

Maricato (1996, p. 57), no entanto, alerta que “a ilegalidade em relação à propriedade da terra tem sido o principal agente da segregação ambiental e daí à exclusão social, no campo ou na cidade”. A autora expõe dados que mostram que, a população pobre, sem alternativas, passou a invadir terras rejeitadas ou desvalorizadas pelo mercado, representadas, em geral, pela beira de córregos, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas ou áreas de proteção ambiental. A ilegalidade em relação à posse de terras nessas áreas, no entanto, passou a se tornar o principal pretexto para a ação ora negligente ora intransigente do Estado em relação às ocupações informais. Isso, em conjunto com a falta de política pública habitacional e a preservação de mecanismos especulativos do mercado formal, mantém essa população em condições precárias de sobrevivência e a sucessão de tragédias ambientais no ambiente urbano, como as enchentes e os desmoronamentos que repercutem nos jornais todos os anos.

É interessante deixar claro, no entanto, que a ocupação dessas áreas não se dá de forma arbitrária. Em geral, apesar de suas fragilidades, situam-se próximas às fontes de emprego, serviços, comércio, equipamentos e infraestruturas públicas e por conta disso se tornam atrativas as populações mais vulneráveis. Isso porque a relação de proximidade toma aqui uma dimensão prioritária, já que ao se ajustar ao meio de transporte que predomina na classe dominante, a maioria das grandes cidades brasileiras torna difícil viver sem um automóvel (VILLAÇA, 1986). Por conta disso, a permanência nessas áreas é tomada como uma das questões centrais do recente movimento de reforma urbana no país e tem no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) seu respaldo legal. Fomentada pela regulação federal, a urbanização e não remoção de favelas pode inclusive, ao contrário do que se imagina, contribuir para a “recuperação ambiental além de social” (MARICATO, 2010, p. 13).

A fim de avançar na compreensão acerca dos limites, possibilidades e potencialidades de se intervir urbanística e arquitetonicamente

considerações iniciais

em ocupações informais que o presente trabalho busca se situar. Para isso, foi definido como recorte de estudo e proposição o Morro do Horácio, comunidade informal localizada na Agrônômica, um bairro central e uma das áreas mais valorizadas de Florianópolis/SC. Ainda que bem localizada em relação à cidade, a comunidade apresenta uma série de problemas relacionados à irregularidade urbanística, ocupação em área de risco, mobilidade, descarte de lixo, precariedade habitacional, dentre outros, como se verá ao longo do trabalho.

Ciente da importância central de se garantir a permanência dos moradores na comunidade, da necessidade de qualificação e integração urbana da área e de tratamento adequado para as áreas de risco que definiu-se como **objetivo central deste trabalho: desenvolver uma proposta de estudo urbano e arquitetônico em um setor específico da comunidade que contribua para o processo de regularização fundiária do setor com foco na melhoria da qualidade de vida dos moradores e na promoção da integração social da comunidade.** Espera-se que as estratégias definidas e o material desenvolvido para a proposta do setor sirvam de referência para a regularização e urbanização do restante da comunidade. Dessa forma, também corresponde a um **objetivo deste trabalho desenvolver diretrizes gerais que orientem o processo de urbanização e regularização da comunidade como um todo de forma articulada.**

Para tanto, parte-se de uma breve contextualização e problematização acerca da produção do espaço urbano de Florianópolis a fim de compreender o contexto urbano, social e histórico que a comunidade, em conjunto com as demais ocupações informais do Maciço do Morro da Cruz, se inserem. Na sequência, a partir do cruzamento de uma série de levantamentos de dados, busca-se avançar na caracterização da comunidade, sob o ponto de vista legal, ambiental, sócio econômico e urbanístico. A seguir introduz-se a estruturação da proposta e, na sequência, apresentam-se as etapas e as soluções desenvolvidas.

A metodologia geral do trabalho se desenvolveu basicamente em duas grandes etapas: a pesquisa, levantamento documental e análise territorial desenvolvidos ao longo do TCC1 subsidiaram o desenvolvimento das diretrizes e da proposta piloto do setor ao longo do TCC2. Apresenta-se, a seguir, a estrutura metodológica empregada nas etapas iniciais, desenvolvidas ao longo do TCC1. Já a metodologia empregada para o desenvolvimento da proposta será apresentada na página 12 deste caderno.

metodologia das etapas iniciais - tcc 1

01. aprofundamento teórico:

esta não compreende uma etapa isolada, na medida em que a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida ao longo de todo o trabalho, desde a definição do tema, até a elaboração da proposta de intervenção.

02. definição do recorte:

a escolha da comunidade Morro do Horácio, objeto deste estudo e proposição, levou em consideração os seguintes critérios:

inserção em um contexto urbano: definiu-se, primeiramente, o recorte de investigação acerca da problemática do acesso à terra urbana e, em segundo momento, o município de Florianópolis/SC;

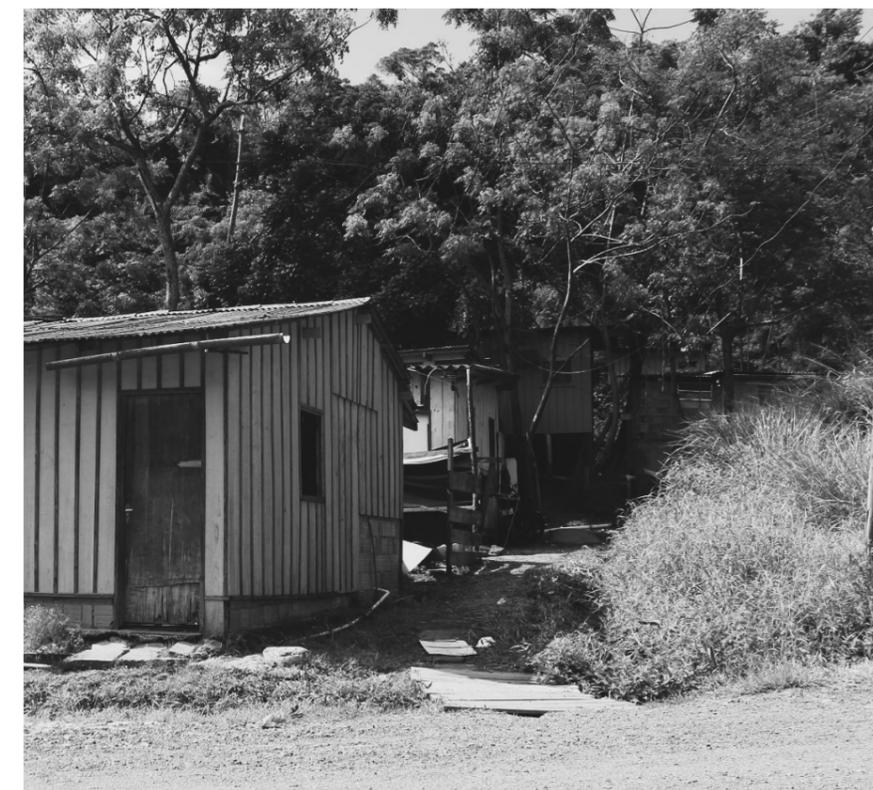
população residente com renda inferior ou equivalente a 3 salários mínimos, em sua maioria: esta faixa média de rendimento possibilita filtrar áreas que, em geral, encontram-se nas piores condições de habitabilidade do espaço urbano, já que compreende as camadas mais populares e, ao mesmo tempo, mais negligenciadas pelas políticas habitacionais governamentais;

contato pré-estabelecido com um agente envolvido com o território: esse critério tem especial relevância, na medida em que possibilita a

aproximação com o objeto de estudo. Portanto, o contato estabelecido com a médica da família Mayara Floss, a agente comunitária e moradora do Morro do Horácio Michele Garcia e demais integrantes da equipe do Centro de Saúde da Agrônômica foi essencial para a definição da comunidade estudada.

03. levantamento documental e mapeamentos:

este trabalho ancorou-se no levantamento documental de bases oficiais e em informações concedidas pela agente comunitária e moradora, Michele;



ocupação recente no Morro do Horácio
acervo do autor, outubro de 2022.

a produção do espaço urbano de florianópolis

a desigualdade no acesso a terra urbana e as ocupações informais

A urbanização, como foi introduzida anteriormente, não pode ser entendida como um fenômeno que se dá ao acaso, mas sim como um processo social e dinâmico, que envolve diversos agentes e seus interesses e tem como questão chave o acesso à terra. A terra corresponde, portanto, a um espaço de disputa política, social e econômica de onde emergem os conflitos e as desigualdades urbanas. Florianópolis, ao contrário do que se busca propagar, estruturou-se com características segregativas marcantes, assim como as demais cidades brasileiras. Para compreender esse processo, as considerações a seguir foram baseadas, sobretudo, em Santos (2009) e Sugai (2002). Os autores, em suas pesquisas, expuseram as bases de conformação do espaço urbano de Florianópolis tal qual conhecemos hoje com ênfase, respectivamente, nos primeiros anos de exploração colonial até o século XX e no papel de cada agente social na construção da cidade entre os começos dos séculos XX e XXI.

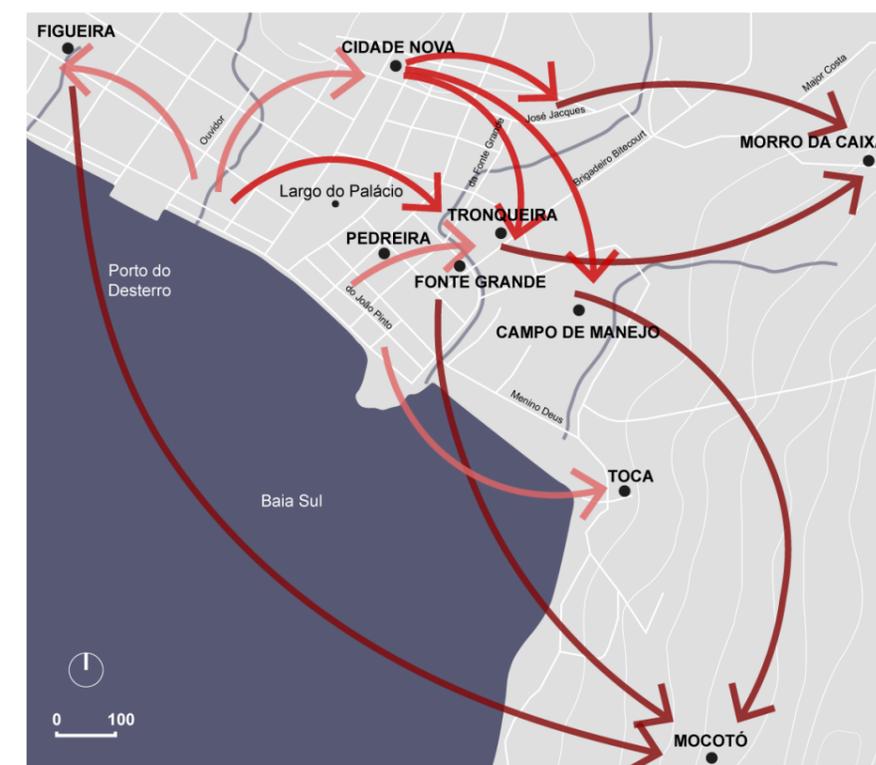
A vida simples, baseada na subsistência e na relação com o mar caracterizaram Desterro desde a colonização portuguesa, durante o século XVII, até meados do século XIX. De maneira geral, os aspectos físicos e naturais - topografia acidentada, proximidades das fontes d'água e das áreas de cultivo - e de mobilidade - por conta do transporte marítimo - que determinaram a conformação dos primeiros povoados. No começo do século XIX, as áreas mais empobrecidas conviviam com as mais favorecidas e, em geral, se concentravam próximos a Igreja Matriz e ao Porto. No entanto, a partir da segunda metade desse século, o desenvolvimento das navegações e o crescimento do comércio possibilitaram a criação de uma elite econômica, com poder político e social crescente. Com isso, acentuaram-se tanto as diferenças sociais, quanto as divisões dentro da cidade, como revela Santos (2009, p. 340), o comércio e o porto foram atividade e estrutura que possibilitaram mudanças à cidade e a vida social.

Diante disso, as camadas mais pobres e excluídas passaram a ser reprimidas e seu modo de vida e habitações condenados. Essas, gradativamente foram sendo expulsas para novas áreas, pois passaram a ser alvo de uma série de leis e códigos de postura da época¹ e viram o comércio se expandir sobre as áreas que habitavam. A população pobre passou, assim, a se concentrar nas 'casinhas de porta e janela'² dos bairros populares da: Figueira, Toca, Tronqueira, Pedreira, Cidade Nova e Fonte Grande (SANTOS, 2009). No entanto, as transformações urbanas não se limitaram à expulsão dos pobres

das áreas mais centrais, soma-se a isso, a instalação, no final do séc XIX e início do XX, de serviços e infra-estruturas urbanas que serviram somente a elite comercial, especialmente na área central da cidade, a partir dos projetos sanitários e de 'modernização e embelezamento'³. Essa 'modernização' faz parte de um período de amplas transformações políticas e sociais que marcaram a transição do século XIX para o XX: fim da escravidão, fomento a imigração europeia, mudanças nas relações de produção, ascensão da burguesia e formação da República. Nesse momento, a elite econômica almejava a construção de um novo modo de vida que se distanciasse do anterior (de traços coloniais) e atribuía essa mudança à ideia de modernização da cidade e da sociedade⁴.

O início do século XX, portanto, é marcado pela reconfiguração da cidade, que passou, gradativamente, a se configurar com claras distinções socioespaciais que materializavam as mudanças sociais em curso desde o século anterior. Nesse contexto, o respaldo dado pela República aos ideais da elite teve papel fundamental, na medida em que instituiu uma série de decretos de demolição de 'casas de porta e janelas' e bairros de pobres e incorporou leis e exigências para novos padrões de construção que os impediram de permanecer ou acessar o perímetro urbano. Como consequência desse contexto, a classe popular marginalizada foi induzida a ocupar os morros das adjacências (os do Maciço do Morro da Cruz que delimitam, a Leste, o centro fundacional) e, assim, realçaram-se as disparidades socioespaciais presentes na cidade, agora não apenas manifestadas pela condição das moradias, mas principalmente por sua localização.

Durante a década de 1920 se intensifica cada vez mais a demolição das casas e cortiços dos pobres e, por consequência, a ocupação do Maciço. Nessa época a burguesia se via limitada pela configuração geográfica da ilha (de um lado pelo Maciço e do outro pelo mar) e, assim, expandia sua ocupação na cidade principalmente sobre as áreas que vinham sendo demolidas nos arredores do Rio da Bulha e adjacências. Essa expansão também vinha acompanhada de transformações arquitetônicas e urbanísticas: prédios passaram a substituir as casas e infraestruturas urbanas passaram a ser instaladas nessas áreas, como a Avenida do Saneamento (atual Av. Hercílio Luz). Com isso, ao final da década, tem-se a formação de uma paisagem urbana nova, com a expansão da burguesia e dos investimentos pelo centro e o crescimento da população pobre nos morros, e o fortalecimento de um novo agente, o mercado imobiliário.



- fluxo - segunda metade do séc XIX
- fluxo - década de 1900
- fluxo - décadas de 1910 e 1920



'deslocamento da população pobre de Florianópolis'
Tomás (2012, p. 173), adaptado pelo autor.

¹ Tinha-se por objetivo dificultar a permanência dos pobres nos locais onde viviam, pois a elite atribuía os problemas epidêmicos e sanitários a essas populações (SANTOS, 2009).

² Casas simples de traços coloniais onde residia a população pobre, segundo o autor.
³ Segundo TOMÁS (2012), entre 1898 e 1925, através do capital privado estrangeiro, foram instaladas redes de água, energia elétrica, linhas de bondes e telefone, construídos edifícios públicos e avenidas pelos governos estadual e municipal da época, com o objetivo de 'modernizar' a cidade.

⁴ "O anseio em alcançar a modernidade urbana espreitava as ruas, as casas e mesmo as pessoas em Desterro, e neste anseio estava implícito o desejo de suprimir a cidade pobre" (TOMÁS, 2012, p. 165).

a produção do espaço urbano de florianópolis

a desigualdade no acesso a terra urbana e as ocupações informais

“Não se trata de uma população transformando seu modo de vida, mas a substituição da população pobre do lugar por uma rica que se expande não em população, mas em domínio das áreas. Uma mudança essencialmente espacial. Uma substituição de relações, uma transformação das bases do território, uma substituição do modo de vida por outro, incluindo as formas de trabalhar, de morar e de relações.” (SANTOS, 2009, p. 315 – 317).

Para Santos (2009, p. 616) “é coerente analisar o isolamento de Florianópolis até as primeiras décadas do século XX, como um fator relevante na localização e formação das áreas urbanas pobres próximas ao centro nos Morros.” A ponte Hercílio Luz só foi construída em 1926 e a mobilidade urbana dos pobres era praticamente nula, ao mesmo tempo, a concentração de população (majoritariamente urbana), das atividades portuárias, comerciais e de administração pública (ou seja, de empregos e serviços), além de uma rede de infraestrutura urbana, se dava na porção insular nesse período - na maior parte das áreas continentais vivia-se da subsistência, pois permaneciam predominantemente rurais. Assim, a construção da ponte foi um importante marco na história tanto da ilha, quanto das áreas adjacentes, que passaram a se expandir. Diante disso, Sugai (2002) argumenta que, a partir desse momento, torna-se incoerente analisar a segregação socioespacial de Florianópolis isolada somente aos acontecimentos na ilha, já que os limites e a influência da cidade se expandiram para um contexto maior, inter-relacionado aos seus municípios limítrofes. Apesar de reconhecer este aspecto, não cabe ao presente trabalho o aprofundamento da análise acerca da formação urbana dos demais municípios da Área Conurbada de Florianópolis. Interessa aqui, na verdade, compreender especificamente as bases de ocupação do Maciço do Morro da Cruz, onde se localiza o objeto de estudo deste trabalho.

Em relação à sucessão de fatos que remontam a história de ocupação do MMC, é interessante deixar claro que existem registros de ocupações iniciais e dispersas anteriores ao século XX promovidas por escravos fugidos durante o século XIX, segundo a literatura, em áreas que hoje pertencem às comunidades do Morro da Caixa e Mocotó (SANTOS, 2009). No entanto, como foi visto, é a partir do início do séc XX, com a demolição das casas coloniais e cortiços, que sua ocupação é intensificada e passa a tomar maiores proporções e visibilidade no contexto urbano. Nesse momento, a população pobre passou a se estabelecer (ou melhor, refugiar) nos morros mais próximos - a oeste do Maciço - excluída não somente da vida

urbana, mas também das modernidades, das melhorias sanitárias ou de quaisquer infraestruturas e serviços públicos que vinham sendo instalados para servir às classes altas.

Além disso, dando sequência ao que já vinha se manifestando nas décadas anteriores, a atuação do Estado, principalmente no que se refere a concentração dos investimentos públicos, seguiu beneficiando e a mercê dos interesses das elites econômicas de cada época. Esse fato repercutiu diretamente na expansão da malha urbana da cidade, tanto das áreas formais, quanto das informais e marginalizadas. Em concordância com as teorias mencionadas, em geral, as áreas ambientalmente sensíveis e/ou rejeitadas pelo mercado, mais próximas às instalações de equipamentos e infraestruturas urbanas e de novas oportunidades de emprego que abrigaram as camadas mais populares. As mudanças mais significativas, no entanto, passaram a ocorrer na cidade apenas a partir da década de 1940, até esse período, Florianópolis ainda apresentava uma certa estagnação econômica e muitas áreas permaneciam com infraestrutura precária, principalmente no que se refere ao transporte urbano (TOMÁS, 2012). Destacam-se as que se seguem.

Nereu Ramos, interventor estadual a partir de 1937, passou a implementar uma série de intervenções de caráter modernizador, em sua maioria, ligações e melhoramentos viários. Dentre elas, destaca-se a construção da Avenida Mauro Ramos, que interligou a orla sul - área central - orla norte contornando o Maciço do Morro da Cruz. Esse aspecto permitiu a conformação de arruamentos transversais a Avenida que adentravam os morros do Maciço, expandindo as ocupações das populações pobres, como também delimitou uma fronteira entre a cidade formal - urbanizada e abastecida cada vez mais de investimentos públicos - e a informal - de ocupação precária e negligenciada pelo Estado (TOMÁS, 2012). Além disso, nesse período, até meados de 1950, o Maciço passou a abrigar os contingentes populacionais decorrentes dos fluxos migratórios ocasionados pelo movimento de êxodo rural em curso no país.

Entre 1952 e 1954 foi elaborado o primeiro plano diretor de Florianópolis que direcionava sua proposta a área central da ilha e ao bairro Estreito e previa, segundo Sugai (2002, p. 59), *mecanismos que já vinham se delineando, em especial os de caráter segregativo*. Dentre as proposições do plano, destaca-se a previsão da Av. Beira Mar Norte executada entre as décadas de 1960-70

que, em conjunto com a conexão entre a Av Rio Branco e a Ponte, fomentou a ocupação e valorização da Baía Norte. A área passou a se tornar cada vez mais privilegiada com a posterior implantação de uma série de equipamentos, dentre os quais, destacam-se as instituições e instalações públicas, como a Casa do Governador, em 1954, no bairro Agrônômica. Como consequência, a concentração das instituições públicas e de investimentos viários na área, que se estendeu pelo menos até a década de 1980, desencadeou, nesse meio tempo, a atração das camadas populares para as proximidades, especificamente nos morros da porção norte do Maciço, como é o caso do Morro do Horácio.

O Campus da Universidade Federal de Santa Catarina é outro equipamento que muito repercutiu na dinâmica urbana e imobiliária de Florianópolis. Antes mesmo da sua implantação em 1960, moveu uma grande disputa pela sua localização na cidade, já que acumularia investimentos federais e, dessa forma, valorizaria seu entorno. E de fato foi o que aconteceu, sua implantação ocasionou um aumento expressivo de loteamentos nos bairros do entorno de onde foi implantado, bem como desencadeou o surgimento de novas áreas informais na porção leste do Maciço, como a comunidade da Serrinha, por exemplo. Para além de seu entorno imediato, a implantação do campus na Trindade, exatamente no eixo norte-nordeste do centro, impulsionou a expansão da ocupação da elite para os balneários a norte e a leste da ilha, como se pretendia. Assim, os investimentos viários posteriores (BR 101, SC 401, dentre outros eixos viários) em conjunto com o crescimento do turismo a partir da década de 1960-70, impulsionaram a ocupação dessas áreas a norte e leste da ilha (SUGAI, 2002).

Diante da repercussão dos investimentos viários⁵ e das ligações entre diversos bairros proporcionadas pelas novas vias, observou-se, no final da década de 1970 e início da de 1980, um duplo processo: a consolidação dos bairros segregados das camadas de mais alta renda, acompanhada da expansão do mercado imobiliário; e o

⁵A maior parte dos investimentos públicos em Florianópolis se deu na consolidação de seu sistema viário e suas obras que superaram várias décadas, de 1920 a 1990 (SUGAI, 2002).

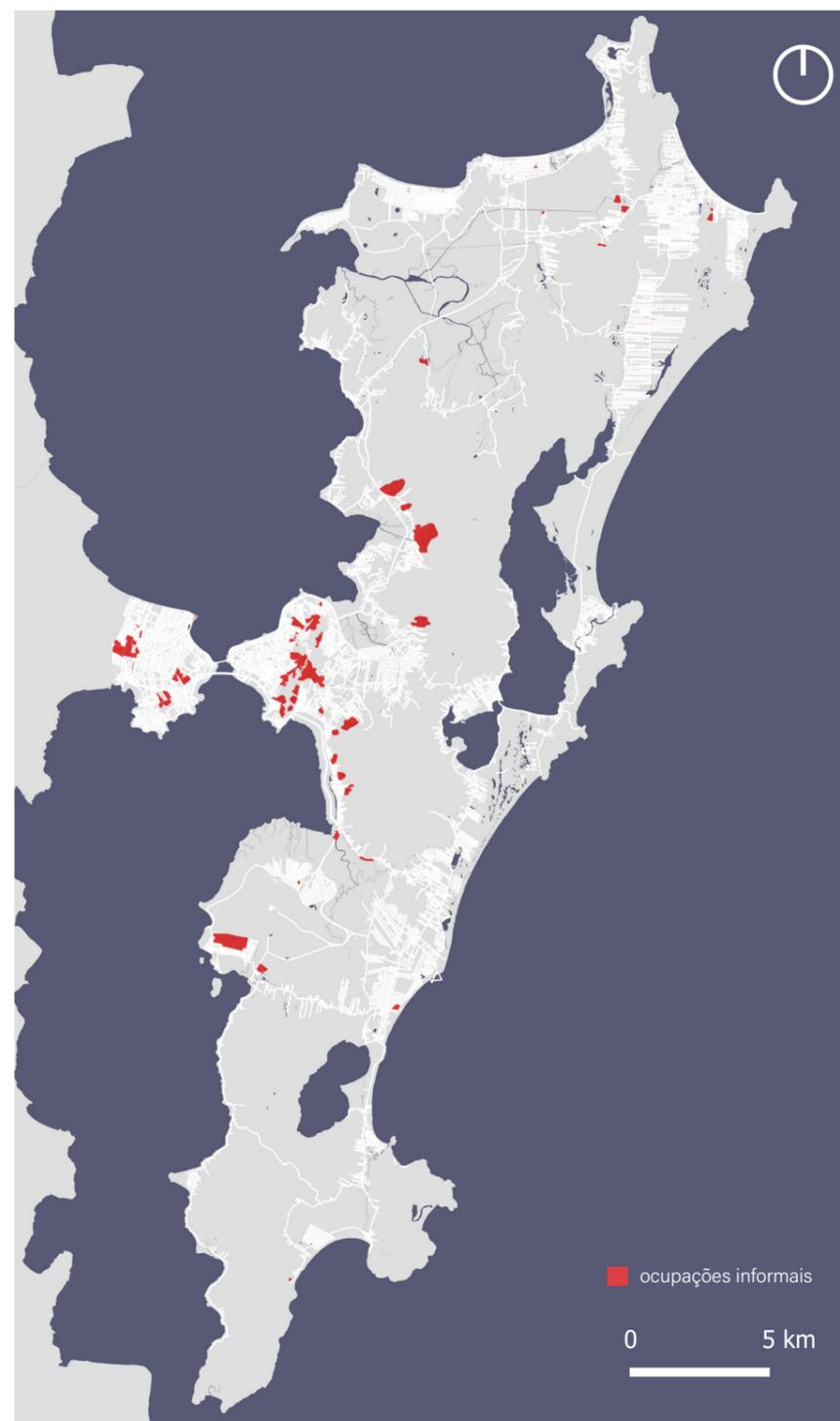
a produção do espaço urbano de florianópolis

a desigualdade no acesso a terra urbana e as ocupações informais

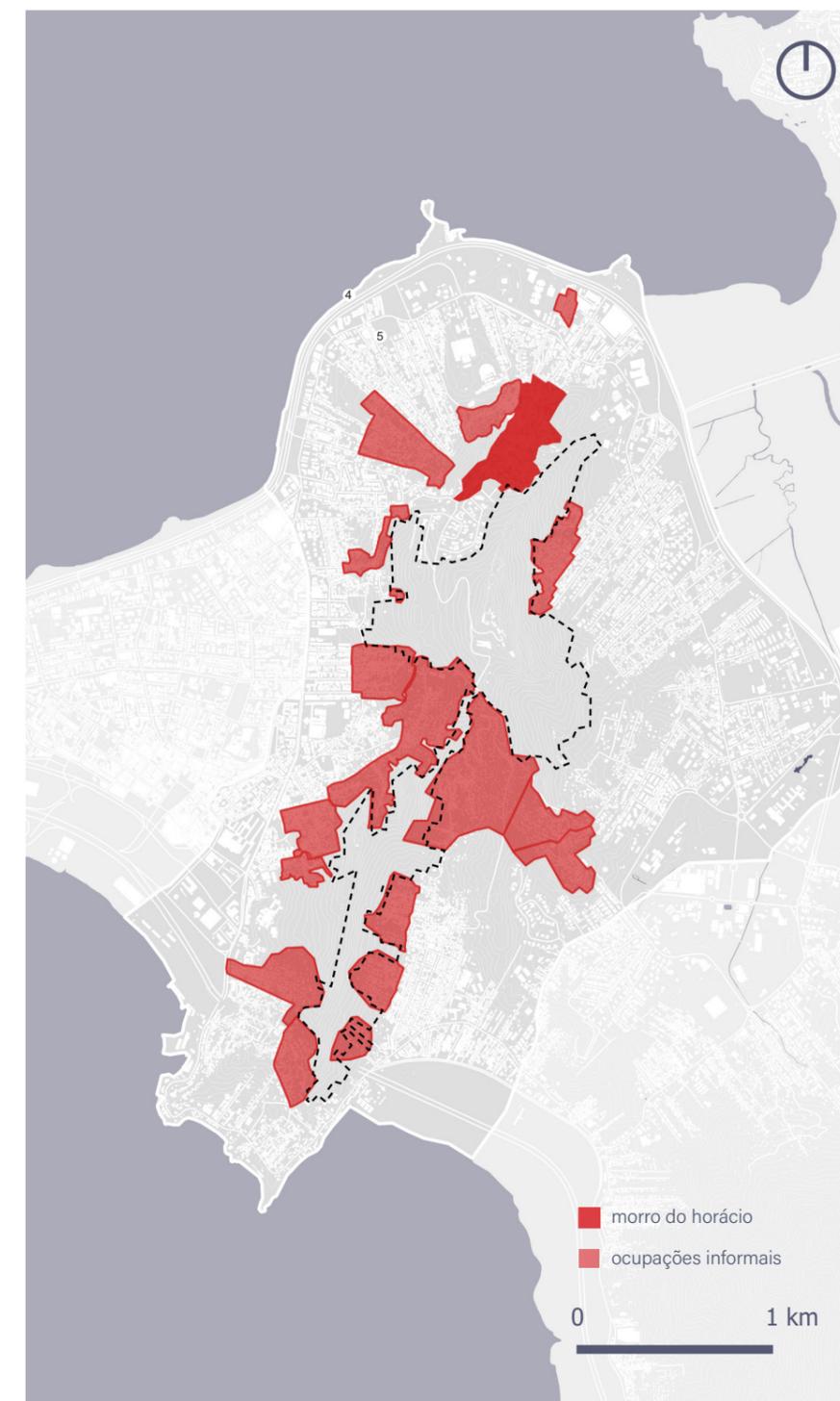
crescimento da ocupação das camadas populares em diversas novas áreas no interior da ilha. Segundo Sugai (2002, p. 110), este último processo é decorrente da:

a redução dos loteamentos clandestinos nas áreas continentais devido ao maior rigor nas legislações; os sérios problemas de infra-estrutura naqueles municípios; o empobrecimento das camadas populares que intensificaram a ocupação e formação de novas favelas nos morros centrais de Florianópolis e ao longo da BR-282, via de acesso a ilha; a melhor infra-estrutura e os diversos investimentos viários na ilha, que favoreceram o acesso e a formação de bairros populares, como a Tapera da Base, em Ribeirão da Ilha e na parte sul de Ingleses.

Na década de 1980, consolidou-se a base da estrutura sócio-espacial de Florianópolis, conformada pelos bairros auto segregados das elites e pelas periferias. Na década seguinte, essa estrutura foi intensificada diante, por um lado, do significativo incremento populacional de migrantes das classes alta e média na cidade, por outro, do aumento no número de favelas na área conurbada, tanto na ilha quanto no continente. No entanto, Sugai (2002) aponta que no período foram movimentadas ações, sobretudo do ponto de vista legal, para impedir a expansão da classe de baixa renda em Florianópolis, tanto através de proibições direcionadas às áreas ocupadas, quanto pela falta de previsões de áreas de interesse social⁶. Esse sistema fortaleceu o direcionamento das camadas de pobreza a ocuparem cada vez mais as demais cidades conurbadas, mas não foi capaz de conter a densificação das favelas, principalmente as do Maciço do Morro da Cruz, e o surgimento de novas periferias pela ilha.



localização das ocupações informais em Florianópolis/SC
Infosolo, 2005 e PMHIS, 2012 (Comunitárias, 2020), adaptado pelo autor.



localização das ocupações informais no Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis
Infosolo, 2005 e PMHIS, 2012 (Comunitárias, 2020), adaptado pelo autor.

⁶ O Plano Diretor de 1997, apesar de ter sido elaborado no contexto da Constituição Federal de 1988 que anunciou a função social da cidade em um de seus capítulos, manteve-se com o caráter tecnicista e modernizador expresso nos planos anteriores.

o maciço do morro da cruz

as comunidades, a zeis e o pac do mmc

O adensamento das comunidades do Maciço no período supracitado foi tão intenso, que atualmente é difícil identificar os limites entre algumas comunidades, como é o caso da área entre o Morro da Caixa, Serrinha, Caieira da Vila Operária e Alto da Caieira, por exemplo. No entanto, esse processo se deu em um contexto de profundas precariedades e ausência do Estado. Enquanto a cidade formal, como foi visto, passou a ser contemplada por infraestrutura pública no começo do séc XX, a maioria dos morros e periferias adentrou o séc XXI sem acesso a serviços públicos. Santos (2009) relata o caso do Morro da Caixa, comunidade mais antiga do MMC, que abrigou o reservatório do sistema de abastecimento de água instalado em 1909-10, mas só passou a ter acesso a água encanada em 1980. No entanto, apesar desse fato escancarar a ação parcial do poder público em Florianópolis, o tratamento do Morro da Caixa no final do século se distancia do que aconteceu com os demais Morros do Maciço. Esses, seguiram durante décadas atingidos ora pela ausência de políticas públicas, ora pela rigorosidade da ação do estado, como exemplifica o decreto municipal que proibiu a ligação de água e luz de construções irregulares em 2001 (SUGAI, 2002).

Assim, na virada do século, os morros do MMC ainda eram profundamente marcados por problemas como: *insegurança, esgoto a céu aberto, falta de água e energia em muitas residências, coleta deficiente do lixo (com conseqüente proliferação de ratos), perigo de deslizamentos e quedas de blocos de rochas nas encostas, crianças com elevado índice de verminoses, etc* (TOMÁS, 2012, p. 228). Nesse momento, no entanto, iniciava-se um movimento de mobilização conjunta dos morros do maciço através da criação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC), encabeçado pela comunidade do Morro da Caixa que já vinha se organizando desde as décadas de 1980 e 1990, sobretudo por influência dos líderes religiosos Agostinho Stahelin e Vilson Groh. O Fórum se estruturou como um importante canal de participação social e intermediação com o Estado e, também, de mobilização comunitária para ajuda mútua (TOMÁS, 2012).

Segundo Tomás (2012), um importante efeito da atuação do Fórum foi a criação de uma identidade de território unificado do Maciço, que se reverteu na *mudança de atitudes dos governantes municipais, ao deixarem de propor medidas isoladas [...], para atuar de modo mais abrangente* (TOMÁS, 2012, p. 258). Essa mudança de paradigma foi essencial para ações posteriores, como a proposição e implementação das ZEIS do MMC e, na sequência, a elaboração dos

projetos do PAC do MMC. Ressalta-se a importância do Fórum tanto para a efetivação dessas propostas, quanto pelo envolvimento nos processos decisórios ao longo de sua implementação. No entanto, o FMMC acabou se desarticulando gradativamente a partir de 2005, por conta, justamente, dos comitês criados para elaboração das ZEIS e obras do PAC, que envolveram algumas lideranças do Fórum, esvaziando a instituição (TOMÁS, 2012).

o pac do maciço do morro da cruz

No ano de 2005 a Prefeitura Municipal deu início a uma série de ações voltadas ao desenvolvimento de um projeto de urbanização do Maciço do Morro da Cruz, a iniciar pela elaboração de um diagnóstico da área em conjunto com as comunidades (SOARES, 2018). A partir desses estudos foram desenvolvidas e implementadas, também, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do MMC em 2005, criado o Parque do MMC no mesmo ano e elaborado o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) entre 2006 e 2007.

Durante a gestão de Dário Berger, em 2005, a Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) propôs a Lei Complementar Nº 207/2005, que alterou o Plano Diretor de 1997 e adicionou a delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social do MMC ao Zoneamento Municipal. As ZEIS, segundo o texto da Lei, “são áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para regularização fundiária, urbanização e edificação, as quais se superpõem às normas gerais do Plano Diretor” (FLORIANÓPOLIS, 2005). No bojo das discussões do Estatuto da Cidade, as ZEIS representam um dispositivo primário para regularização fundiária de áreas ocupadas e possibilitam a criação de parâmetros urbanísticos especiais coerentes com a realidade das comunidades. Assim, mesmo restrita ao MMC e voltada somente a áreas ocupadas, a inclusão das ZEIS na legislação municipal simbolizou um importante avanço para a época, sobretudo para as comunidades abrangidas.

Alguns anos mais tarde, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal em 2007, as comunidades do Maciço foram contempladas com obras de infraestrutura. O PAC, criado na segunda gestão do presidente Lula, consiste, basicamente, em medidas fiscais, de investimentos

em infraestrutura, de estímulo de crédito e financiamento, de melhoria no sistema de investimento institucional, e de desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário (BRASIL, 2007). O Programa subdividiu-se em duas fases e foi organizado em eixos de investimento: no PAC1 (2007-2010) foi criada a modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), no Eixo Infraestrutura Social e Urbana; e no PAC2 (2011-2014), a mesma modalidade passou a fazer parte do Eixo Minha Casa Minha Vida (CARDOSO; DENALDI, 2018). Segundo os autores, com os investimentos do PAC na urbanização de favelas, o programa:

passou a se configurar como o maior programa habitacional para urbanização de favelas da história do país. Trata-se de um programa gerenciado pelo setor público e voltado explicitamente para populações de baixa renda, configurando-se, juntamente com os Programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como um programa fortemente redistributivo. (CARDOSO; DENALDI, 2018, p. 13)

Em Florianópolis, o programa financiou obras de infraestrutura urbana e social nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Em sua estrutura orçamentária, foi prevista a participação das três esferas de governo, federal com 45,7%, estadual com 28,5% e municipal com 26,8%, totalizando R\$54.681.164,66 de recursos. O objetivo inicialmente era destinar esse montante ao desenvolvimento de: terraplanagem, pavimentação, drenagem, contenções, unidades habitacionais, módulos hidráulicos, rede de esgoto, rede de água, rede de energia elétrica, transporte vertical, regularização fundiária, recuperação ambiental, atividades de organização comunitária e educação sanitária e ambiental, além do Parque Urbano do MMC (PMF, 2008).

No entanto, segundo Soares (2018), esse investimento inicial mais que dobrou até 2018, enquanto a situação das obras permaneciam não finalizadas. Além disso, segundo consta no relatório que apresenta a prestação de contas do PAC, as intervenções se concentraram na execução das infraestruturas urbanas (PMF, s/ data). Quanto às novas habitações, estas foram previstas para suprir as remoções de moradias em situação de precariedade habitacional, inserção em áreas ambientalmente frágeis e/ou em risco, além daquelas inseridas onde se previa o projeto do novo traçado viário. Já o transporte vertical não foi implementado em nenhuma comunidade, bem como não se tem registros de avanços na questão

o maciço do morro da cruz

as comunidades, a zeis e o pac do mmc

além daquelas inseridas onde se previa o projeto do novo traçado viário. Já o transporte vertical não foi implementado em nenhuma comunidade, bem como não se tem registros de avanços na questão da regularização fundiária.

Para além das obras de infraestrutura urbana realizadas pelo PAC, destaca-se a implementação do Parque Natural do Morro da Cruz (PANAMC) que já havia sido previsto pela Lei nº 6.893/2005 e almejado pelo Fórum do MMC. Em 2008, no entanto, a empresa Iguatemi - Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda foi contratada pelo programa para elaborar um diagnóstico que viabilizou o Plano de Manejo do Parque. Para elaboração do Plano, foram levantadas e discutidas informações tanto sobre o meio físico e natural, quanto sócio-econômicas da área em conjunto com o Grupo Técnico da PMF, moradores, lideranças comunitárias, membros da UFSC e de empresas privadas (PMF, 2008a). Foi delimitada uma área total de 1.362.289,44 m² ao Parque que, em 2013, foi inaugurado e sancionado pela Lei Nº 9321/2013.

A abertura e pavimentação da via Trans Caieira também merece destaque dentre as ações do PAC. Através do traçado desta via foi possível conectar diretamente o bairro Trindade ao Centro da cidade através do morro, passando pelas comunidades Mont Serrat, Alto da Caieira e Serrinha. Além de promover a integração viária do Morro a malha urbana da cidade 'formal', essa via melhorou a mobilidade dos moradores das comunidades, sobretudo por viabilizar a instalação de novas linhas de transporte público na área.

notas finais sobre o maciço do morro da cruz

O que hoje se entende como território do Maciço do Morro da Cruz, corresponde à mais antiga área de ocupação popular de Florianópolis, consolidada após diferentes fases de ocupação. Em meio a fragilidade ambiental da cadeia de morros que compõe o Maciço, essa ocupação, inicialmente, mais dispersa e pouco representativa, passou, com o tempo, a atrair cada vez mais as populações de excluídos que ora eram expulsas da cidade formal, ora migravam de outras cidades em busca de novas oportunidades. A procura pela área se deu (e ainda se dá), principalmente, pela sua localização estratégica, já que o Maciço delimita o centro da cidade e bairros como a Agrônômica e a Trindade, onde se localizaram e permanecem até hoje concentrados serviços,

instituições públicas, comércio e, sobretudo, os empregos:

No início do século XX, a área que hoje é o centro de Florianópolis reunia vários bairros, além do centro comercial e político, hoje é apenas o centro. [...] os pobres foram sendo expulsos para áreas consideradas afastadas, na dimensão e velocidade da época, para os Morros. Durante décadas a cidade cresceu e envolveu os Morros, onde foi viver a população pobre, porém continuam fora da cidade, continuam sem o que define a cidade, a cidadania, continuam vivendo num desterro. (SANTOS, 2009, p. 619).

A ocupação de diversas encostas do Maciço do Morro da Cruz, no entanto, efetuiu-se marcada por contextos de intensas precariedade. Os primeiros anos do século XXI correspondem a um período singular de fomento a políticas públicas em âmbito nacional e municipal. Nesse momento, como foi visto, as comunidades do Maciço do Morro da Cruz foram amplamente beneficiadas pelas obras do PAC que trouxeram melhorias significativas sobretudo à infraestrutura urbana da área. Essas melhorias, no entanto, não liquidaram os problemas que afetam essas comunidades.

Do ponto de vista das próprias infraestruturas urbanas, foco da intervenção do programa, observa-se a presença de áreas descobertas que não foram contempladas pelas obras. Em relação à questão habitacional, a abordagem foi pontual, não sendo capaz de proporcionar avanços significativos. Quanto à garantia de posse aos moradores, através da regularização fundiária das comunidades, pouco foi feito e a questão permanece sem resolução até os dias de hoje. Além disso, passados mais de 10 anos do início das obras do PAC, não se tem registros de avanços ou de novos programas em benefício dessas áreas. Pelo contrário, diante da falta de assistência as questões sociais durante as últimas gestões públicas em âmbito federal e municipal, notou-se o agravamento e/ou estagnação das demandas mencionadas, bem como de outras tantas relacionadas aos demais direitos básicos, como saúde, educação, etc, acentuadas durante a pandemia da COVID-19.

É nesse cenário que se inserem as comunidades pertencentes ao Maciço do Morro da Cruz e, em especial, a comunidade do Morro do Horácio, objeto deste estudo. Antes de adentrar nas demais considerações acerca da área estudada, salienta-se aqui a importância da permanência dessas comunidades no Maciço pelos motivos já introduzidos neste trabalho. No entanto, para além da

permanência, é preciso, ainda, avançar sobre os meios de garantir aquilo que, segundo Santos (2009), define a cidade: a cidadania.



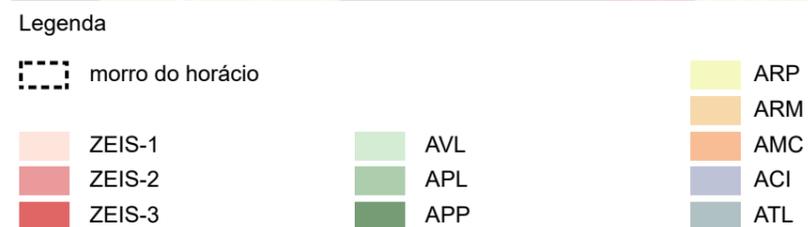
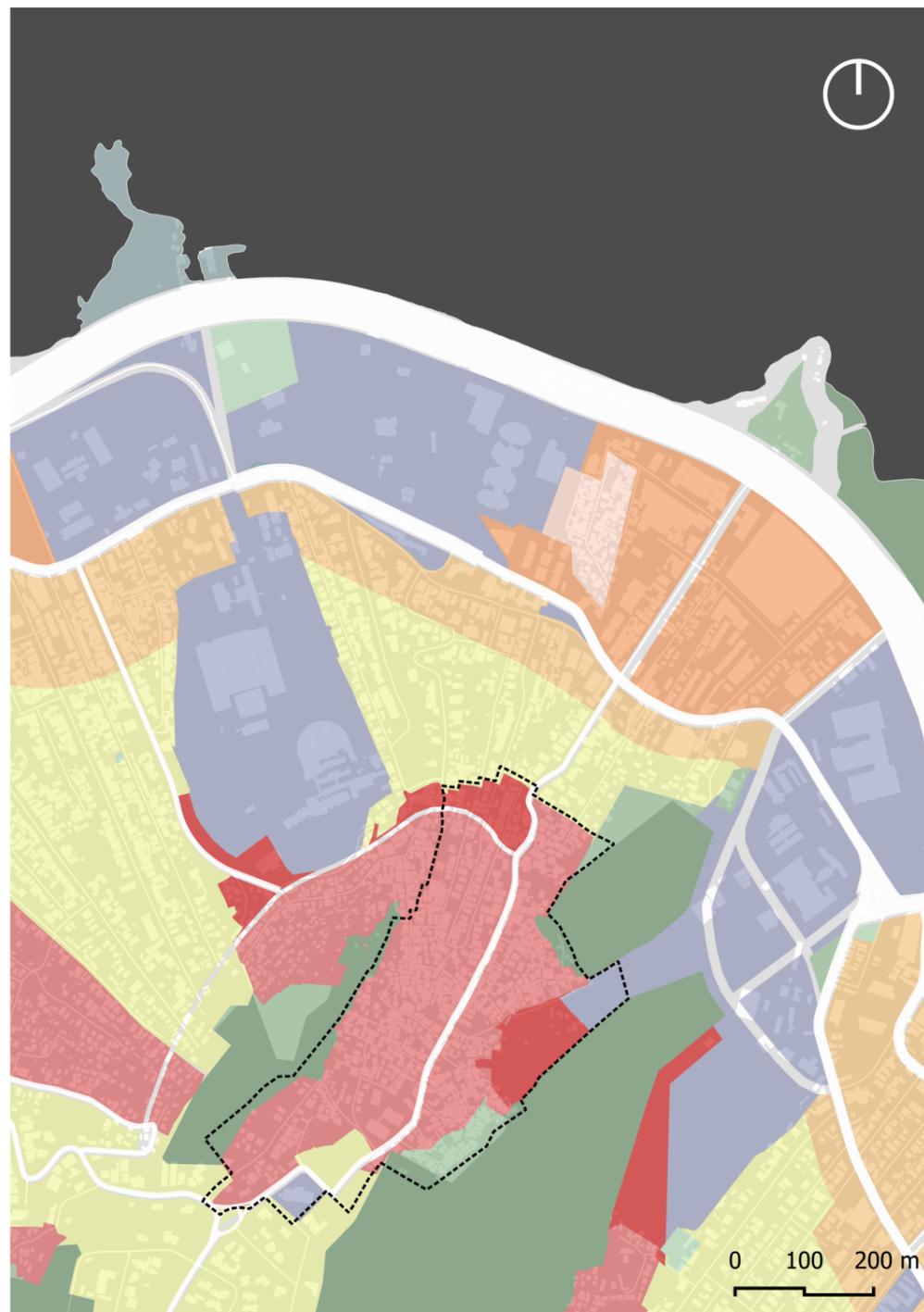
Morro do Horácio em primeiro plano e ao fundo a Vila Santa Vitória acervo do autor, outubro de 2022.

o morro do horácio

análise territorial

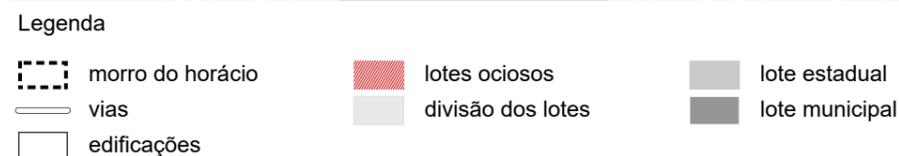
O Morro do Horácio, localizado na porção norte do Maciço do Morro da Cruz, teve sua ocupação iniciada no final da década de 1970. Situada no bairro Agronômica, a comunidade se insere, atualmente, em meio a uma paisagem urbana contrastante: tem seus limites conformados a norte, nas cotas mais baixas do morro, pela população de média e alta renda do bairro e a sul, no topo do morro, pela população de alta renda do bairro Morro da Cruz. O Morro do Horácio, diferente de suas áreas limítrofes, tem sua ocupação caracterizada por grandes fragilidades tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto urbanístico e ambiental. Segundo os dados do IBGE (2010), a comunidade, em conjunto com a Vila Santa Vitória, compreendem os Setores Censitários do bairro com maior adensamento habitacional e menor rendimento médio por família - inferior a 3 salários mínimos. Estima-se que vivam atualmente no Morro do Horácio, mais de 860 famílias em condições variáveis de precariedade, convivendo com a presença marcante do tráfico de drogas e de outras condicionantes urbanas e ambientais, como se verá a seguir.





mapa 01. zoneamento

mapa elaborado pelo autor com base em PDMF de 2014 (PMF, 2014).



mapa 02. imóveis públicos e ociosos

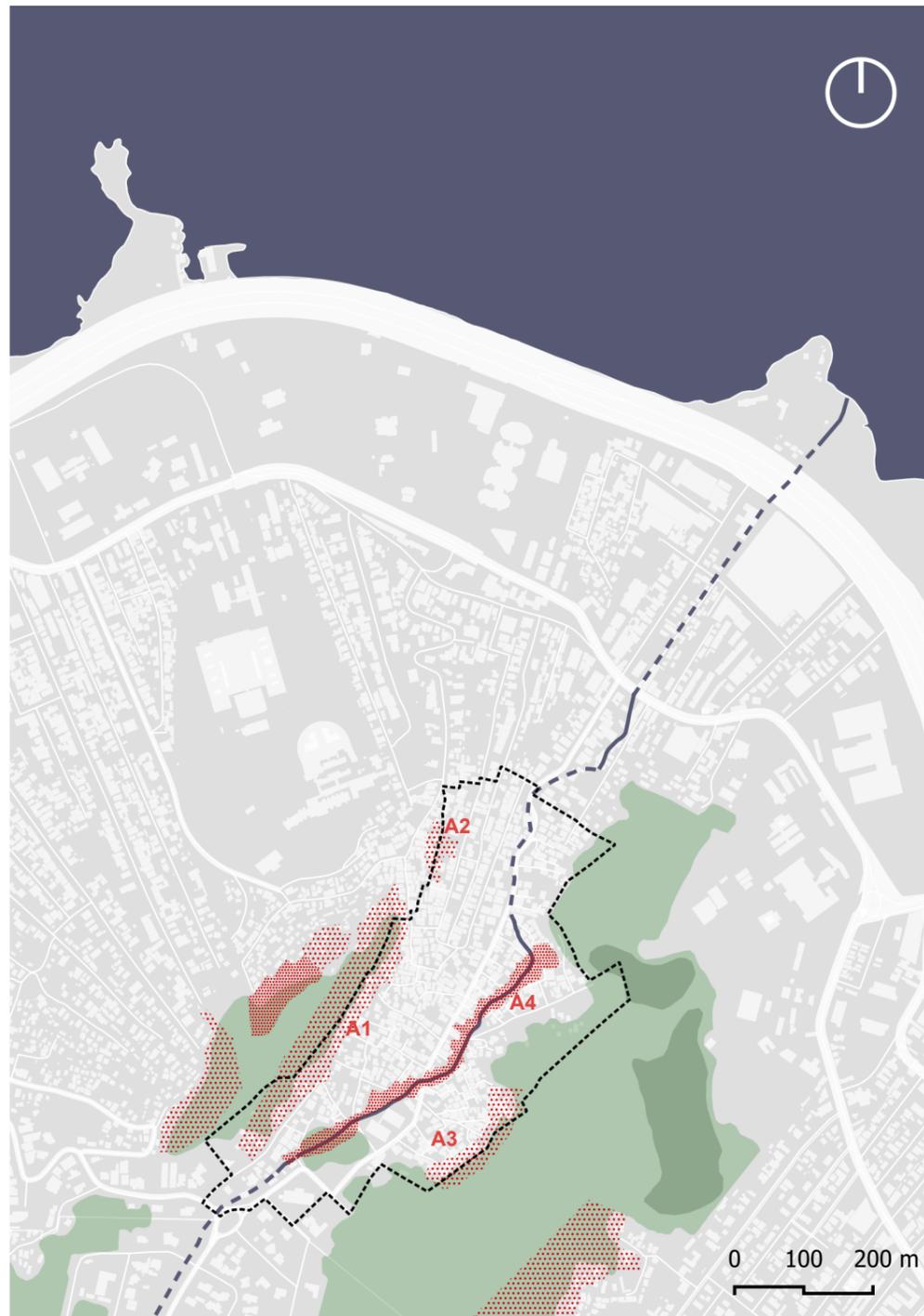
mapa elaborado pelo autor com base em Geoportal (PMF, 2022).

De acordo com o Zoneamento do Plano Diretor de Florianópolis de 2014* (Lei Complementar Nº 482), ilustrado no mapa 01, a área de estudo é abrangida, majoritariamente, por ZEIS 2 e ZEIS 3 que, segundo o Art. 214, se referem, respectivamente, aos: *assentamentos consolidáveis ocupados espontaneamente por população de baixa renda em áreas públicas ou privadas onde há restrição legal ou técnica à ocupação, podendo ser destinadas a ações de regularização fundiária; e os empreendimentos habitacionais de interesse social construídos de forma regular* (FLORIANÓPOLIS, 2014).

A delimitação das ZEIS revela a necessidade de um planejamento específico para a área, em coerência à complexidade da realidade local. Nesse contexto, chama a atenção a delimitação de grandes áreas de ZEIS 3 no recorte, já que em Florianópolis se preveem escassas áreas destinadas ao estoque de terra para HIS. No entanto, foram identificadas algumas aparentes incompatibilidades do zoneamento na área, dentre as quais, destacam-se: a ZEIS 3 delimitada a norte, nas cotas mais baixas do recorte de estudo, que incide sobre uma área já ocupada e consolidada e que não compreende empreendimento de HIS, tampouco possui áreas livres para sua construção; e as áreas ocupadas, antes mesmo da elaboração do plano, descobertas pela mancha de ZEIS 2.

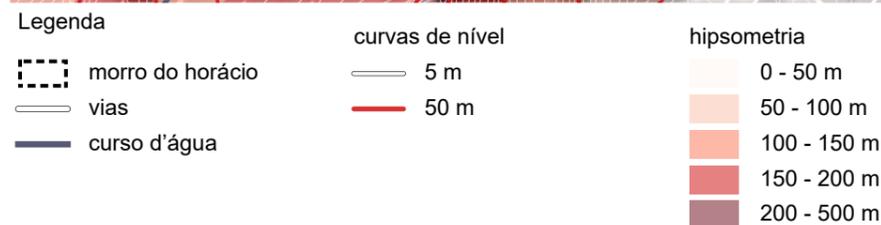
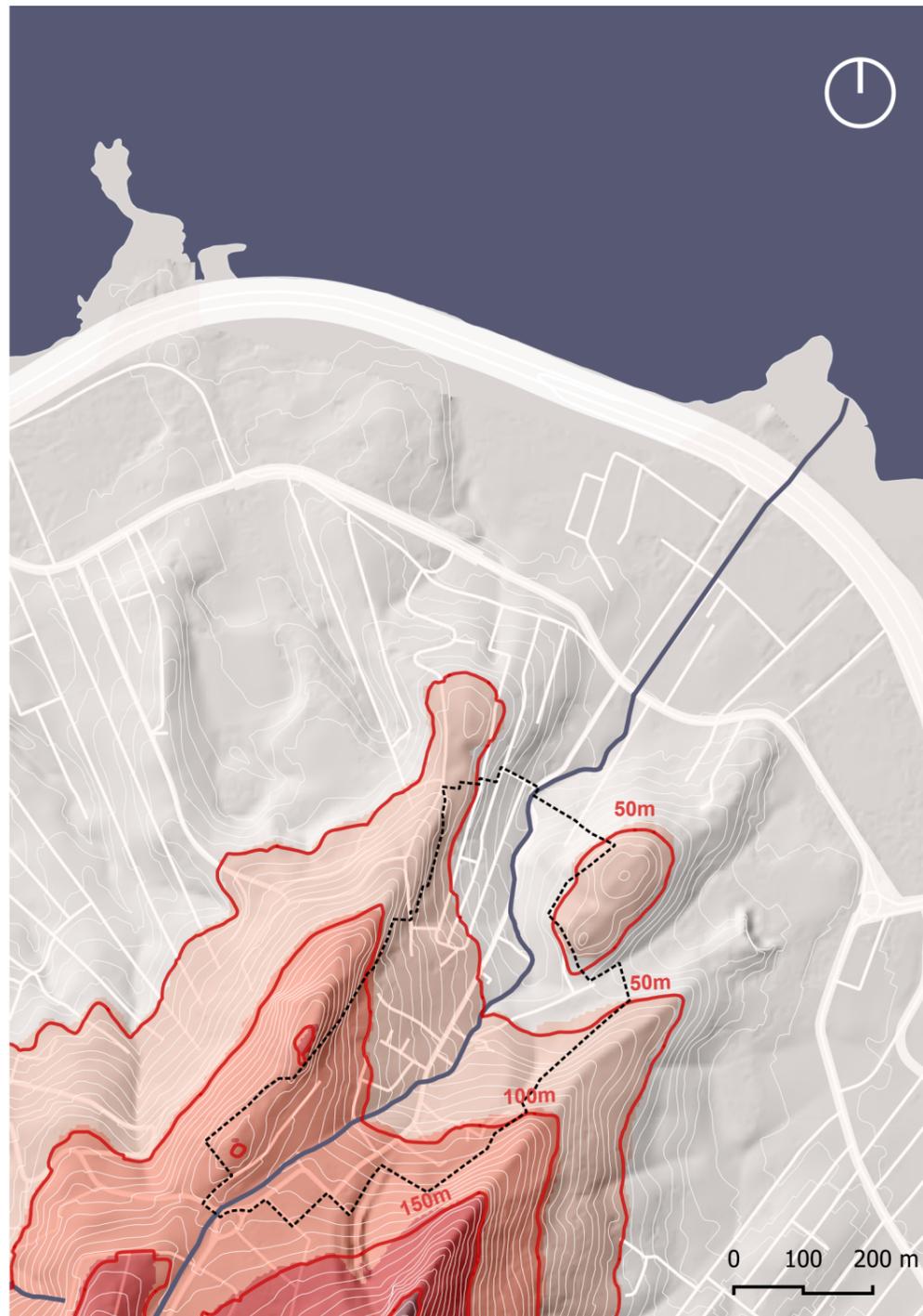
O mapa 02, na sequência, apresenta o cruzamento entre o levantamento dos imóveis públicos e dos imóveis ociosos na área estudada. Verificou-se, a partir de sua análise, a presença de alguns imóveis públicos que não tem cumprindo sua função social no Morro do Horácio, dentre os quais, destacam-se aquele zoneado majoritariamente como ZEIS 3, na porção leste do recorte, bem como aqueles no topo do Morro (a sul), próximos das escolas de ensino infantil e fundamental (ver mapa 05).

*O PDMF de 2014 passou por um processo de revisão ao longo da elaboração deste trabalho. No entanto, sua nova versão, em vigor desde maio de 2023, não apresenta alterações no zoneamento desta área.



mapa 03. aspectos ambientais

mapa elaborado pelo autor com base em Revisão do PMRR e Geoportal (PMF, 2014; 2022).



mapa 04. geomorfologia

mapa elaborado pelo autor com base em Geoportal (PMF, 2022).

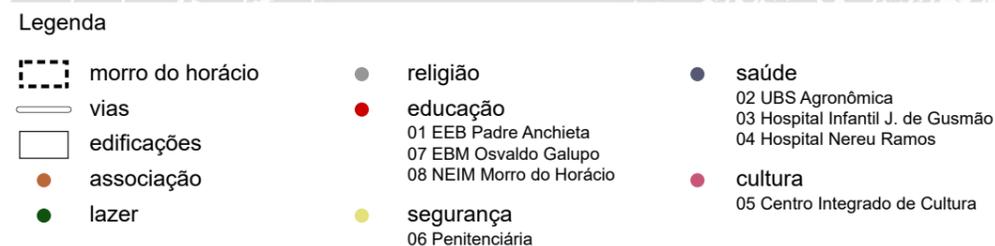
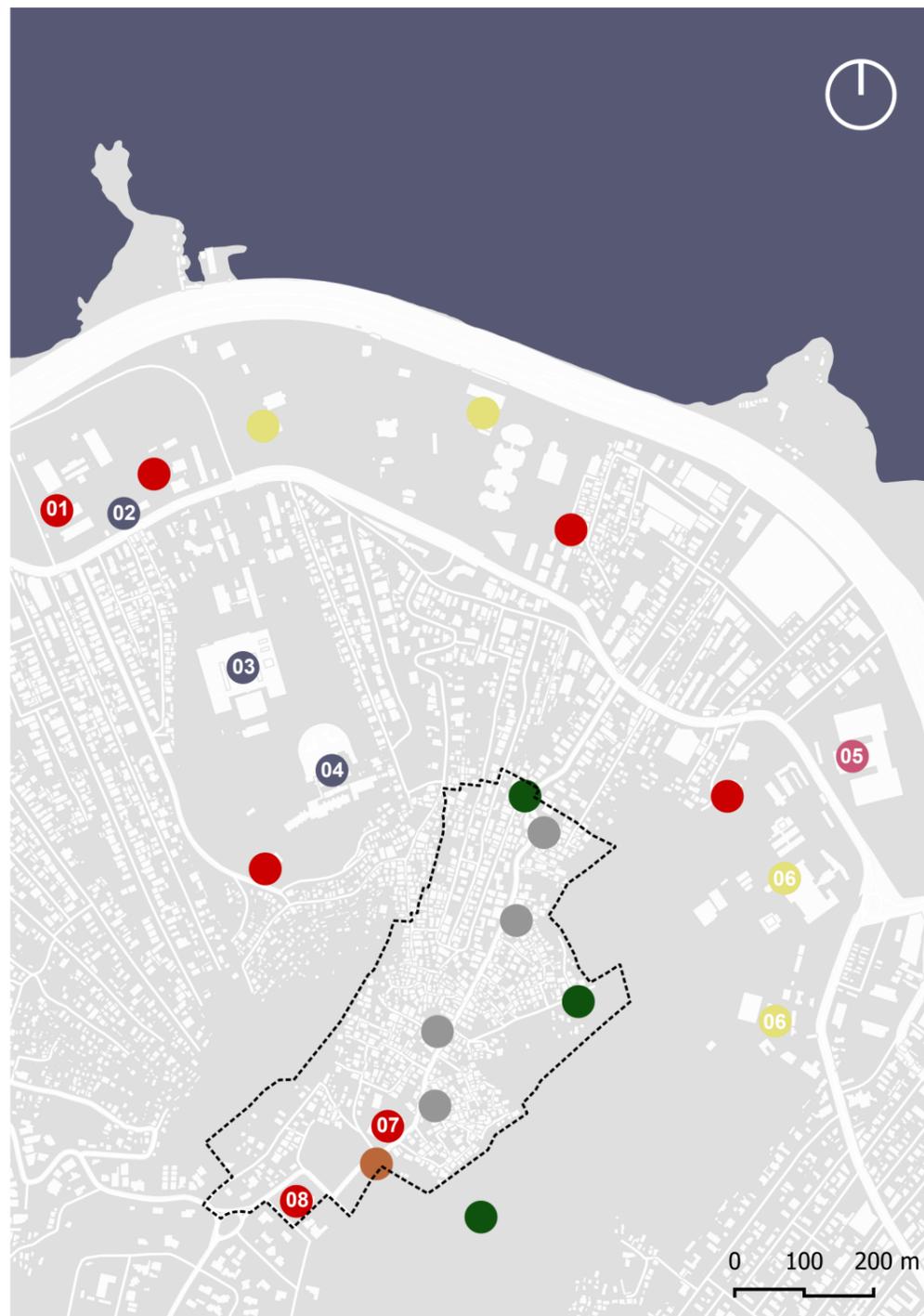
A partir do mapa 03, verificou-se a presença de algumas massas de vegetação, bem como de um curso d'água que permeia a comunidade. Em visita a campo, no entanto, observou-se que a interlocução entre o córrego e as áreas ocupadas é, em geral, conflituosa: algumas moradias estão implantadas sobre curso d'água e outras despejam esgoto diretamente no curso d'água.

Além disso, segundo os dados disponibilizados pelo Relatório Técnico da Revisão do PMRR (PMF, 2014), o Morro do Horácio possui três áreas de risco R2 (médio risco) com suscetibilidade a queda de blocos e deslizamento e uma área de risco R3 (alto risco) com suscetibilidade a enxurrada, que possuem os seguintes agentes potencializadores:

A1, A2 e A3: inclinação elevada da encosta, remoção da cobertura vegetal, existência de inúmeros blocos e lascas rochosas sobre o solo residual e sobre o maciço rochoso, diferença de permeabilidade entre os materiais, ocupação desordenada, baixo padrão construtivo e infraestrutura precária.

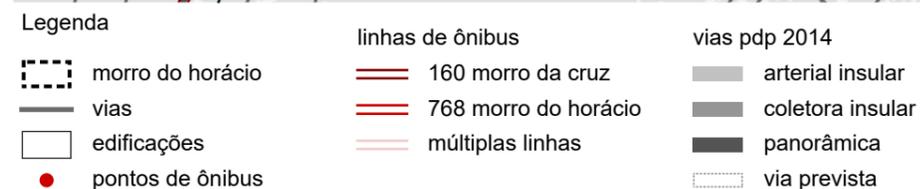
A4: inclinação elevada da encosta, remoção da cobertura vegetal, existência de inúmeros blocos e lascas rochosas sobre o solo residual e sobre o maciço rochoso, diferença de permeabilidade entre os materiais, ocupação desordenada próxima do curso d'água, baixo padrão construtivo e infraestrutura precária.

Ainda em relação aos aspectos naturais da área, o mapa 04 ilustra a topografia do Morro do Horácio que, de maneira geral, se insere em meio a duas extensas cristas rochosas que limitam, lateralmente, sua ocupação. O mapa 04 também permite verificar que o Morro está localizado em uma área com acentuada declividade. Verificou-se que entre os pontos extremos da comunidade (entre o início e o fim do trecho da Rua Antônio Carlos Ferreira), tem-se um ganho de elevação de mais de 100m de altura. Essa declividade acentuada, no entanto, impacta diretamente as dinâmicas urbanas e o dia a dia dos moradores, na medida em que dificulta a locomoção na área.



mapa 05. equipamentos comunitários

mapa elaborado pelo autor com base em Maps (Google, 2022).



mapa 06. sistema viário

mapa elaborado pelo autor com base em Consórcio Fenix e Geoportail (PMF, 2022).

Em relação aos equipamentos comunitários, foram levantados e categorizados no mapa 05 aqueles relacionados a atividades de ensino, saúde, segurança, lazer e religiosos. Dentre eles, destacam-se as escolas de ensino infantil (NEIM Morro do Horácio) e fundamental (EBM Osvaldo Galupo) e a Associação Gente Amiga que oferece atividades de contraturno para as escolas. Há, também, os equipamentos de saúde nas proximidades da comunidade, o Centro de Saúde Agrônômica (única UBS da Agrônômica que, segundo a equipe, está saturada em relação a demanda do bairro) e os Hospitais Nereu Ramos e Joana de Gusmão. Além de alguns escassos espaços de lazer no interior do recorte.

Quanto ao sistema viário (mapa 06), destaca-se que o principal eixo viário do Morro do Horácio é a Rua Antônio Carlos Ferreira, onde se conectam as ruelas e servidões tortuosas que conformam a ocupação da área. É por essa mesma rua, categorizada pelo Plano Diretor como via panorâmica, que se configuram os principais acessos de veículos do Morro: a norte pela conexão com a via coletora, Rua Delminda Silveira, e a sul pela conexão com a via panorâmica, Avenida do Antão. Há também o acesso pela Rua Visconde de Taunay que conecta o Morro a comunidade vizinha, Vila Santa Vitória.

A Rua Antonio Carlos Ferreira permite, de fato, vislumbrar de forma panorâmica uma bela paisagem natural e urbana. No entanto, ao percorrer esta via nota-se que sua estreita largura, acentuada inclinação, a precariedade e a presença de lixo, carros estacionados e outros obstáculos sobre as calçadas e a inexistência de infraestrutura cicloviária, não configuram um trajeto adequado, tampouco agradável, aos pedestres e ciclistas. No entanto, é na Rua Antonio Carlos Ferreira por onde passa a única linha de transporte coletivo que circula no interior do Morro, a linha 'Morro do Horácio via Mauro Ramos', bem como por onde se realiza a coleta de lixo da grande maioria dos moradores da comunidade (o que explica o acúmulo de lixo ao longo da via).

metodologia da proposta

Como mencionado anteriormente, a revisão de todo o material produzido - embasamento teórico e levantamento documental - subsidiaram a estruturação e elaboração da proposta de urbanização do Morro do Horácio que se subdivide em: setorização da comunidade; diretrizes gerais de intervenção da comunidade; e definição de um setor para a elaboração do estudo urbano e arquitetônico.

Esta estruturação leva em consideração a grande extensão e densidade da comunidade, a complexidade do tema, o curto prazo do tcc, e principalmente, o enfrentamento articulado do conjunto de problemas e potencialidades que caracterizam a comunidade. Definiu-se como estratégia avançar na aplicabilidade e viabilidade da proposta de diretrizes e na compreensão do produto final através da elaboração de um estudo urbano e arquitetônico de um dos setores. **É importante salientar que não é objetivo deste trabalho, no entanto, avançar no detalhamento das definições que serão apresentadas e sim ilustrar sua viabilidade.**

01. setorização da comunidade

Nesta etapa se avançou na análise das características da comunidade (ver mapa síntese da página 13) e na sua setorização em áreas relativamente homogêneas (ver critérios página 14) para subsidiar o desenvolvimento das diretrizes gerais e a definição do setor mais estratégico para o desenvolvimento da proposta de estudo.

02. diretrizes de intervenção

Este corresponde ao primeiro produto deste trabalho. Nesta etapa se desenvolveu um conjunto de diretrizes gerais para enfrentamento articulado das problemáticas e potencialidades que caracterizam a comunidade como um todo. A definição das diretrizes, a sua vez, subsidiou a elaboração da proposta de estudo do setor definido, bem como visa orientar, de forma geral, a reurbanização dos demais setores da comunidade (não desenvolvidos neste trabalho).

03. definição do setor

Nesta etapa definiu-se o setor no qual será desenvolvida a proposta de estudo (verificar critérios na página 16). Como se trata de uma nova escala de análise, aprofundaram-se as análises das características e condicionantes do setor (ver mapa página 17).

04. elaboração do estudo urbano e arquitetônico para reurbanização e HIS no setor definido

Nesta etapa se desenvolveu, com base nas diretrizes pré-definidas, o estudo urbano e arquitetônico do setor definido. Foram desenvolvidas de forma articulada as estratégias e soluções urbanísticas e arquitetônicas passíveis de serem replicadas e/ou adaptadas aos demais setores. Este corresponde ao principal produto deste trabalho.



Legenda

- | | | | | |
|------------------------------------|-------------------|---------------------------|--|-----------------|
| morro do horácio | curso d'água | trajeto linha de ônibus | limite ZEIS-2 | potencialidades |
| vias | trecho canalizado | pontos de ônibus | ZEIS-3 | problemas |
| lote vazio ou com ocupação recente | coleta de lixo | equipamentos comunitários | edificações fora do polígono de ZEIS-2 | |
| áreas de risco | | | | |

- 01 espaços de lazer escassos e em pontos isolados da comunidade;
- 02 ocupação consolidada em ZEIS 3;
- 03 avanço da ocupação das encostas em áreas de risco;
- 04 ocupação recente expandindo-se sobre a encosta íngreme;
- 05 ocupação recente do terreno municipal;
- 06 área com infraestrutura viária precária, acessos majoritariamente pedonais, falta de conexões e dificuldade ou impossibilidade de acesso de veículo de serviço;
- 07 ocupação nas margens ou sobre o curso d'água;
- 08 ocupação consolidada descoberta pelo polígono de ZEIS 2;
- 09 conjunto de lotes que não estão cumprindo com sua função social (públicos e privados) zoneados como ARP próximos dos principais equipamentos institucionais da comunidade;
- 10 baixa disponibilidade de áreas livres;
- 11 via Antônio Carlos Ferreira possui inclinação acentuada, caixa estreita (varia em torno de 6m), calçada inexistente ou estreita com acúmulo de lixo e outros obstáculos que tornam a circulação perigosa aos pedestres;
- 01 via Antônio Carlos Ferreira, principal eixo de acesso e circulação de veículos da comunidade, por onde circulam atualmente o transporte público e a rede de coleta de lixo que atendem a comunidade;
- 02 área com acessibilidade viária;
- 03 extensa área pública disponível, zoneada majoritariamente como ZEIS 3 - potencial para promoção de HIS;
- 04 equipamentos comunitários de ensino: creche, escola de ensino fundamental e associação voltada a contraturno escolar;
- 05 vista panorâmica da paisagem urbana e natural;
- 06 conexão viária com a Vila Santa Vitória;

caracterização geral da comunidade

síntese da análise da comunidade

setorização

proposta

Como ponto de partida, diante da dimensão da comunidade, verificou-se a necessidade de subdividi-la em setores relativamente homogêneos. Os limites desses setores foram sendo aprimorados na medida em que, paralelamente, enriqueciam-se os levantamentos prévios e se avançava na compreensão da área. A partir disso foi possível estabelecer um conjunto de diretrizes gerais para a comunidade, como se verá a seguir. Esta setorização corresponde, no entanto, a uma primeira aproximação da área e os 5 setores delimitados seguem os seguintes critérios gerais:

1. morfologia dos lotes e forma de ocupação

A morfologia dos lotes e formas de ocupação destoantes dão indícios de níveis distintos de precariedade entre os setores. Nas porções do Morro mais próximas das áreas formais nota-se que, em geral, os lotes possuem certa regularidade de forma e tamanho, as edificações possuem afastamentos e acesso direto de veículos. Tais características são opostas aquelas que caracterizam as porções mais centrais do Morro.

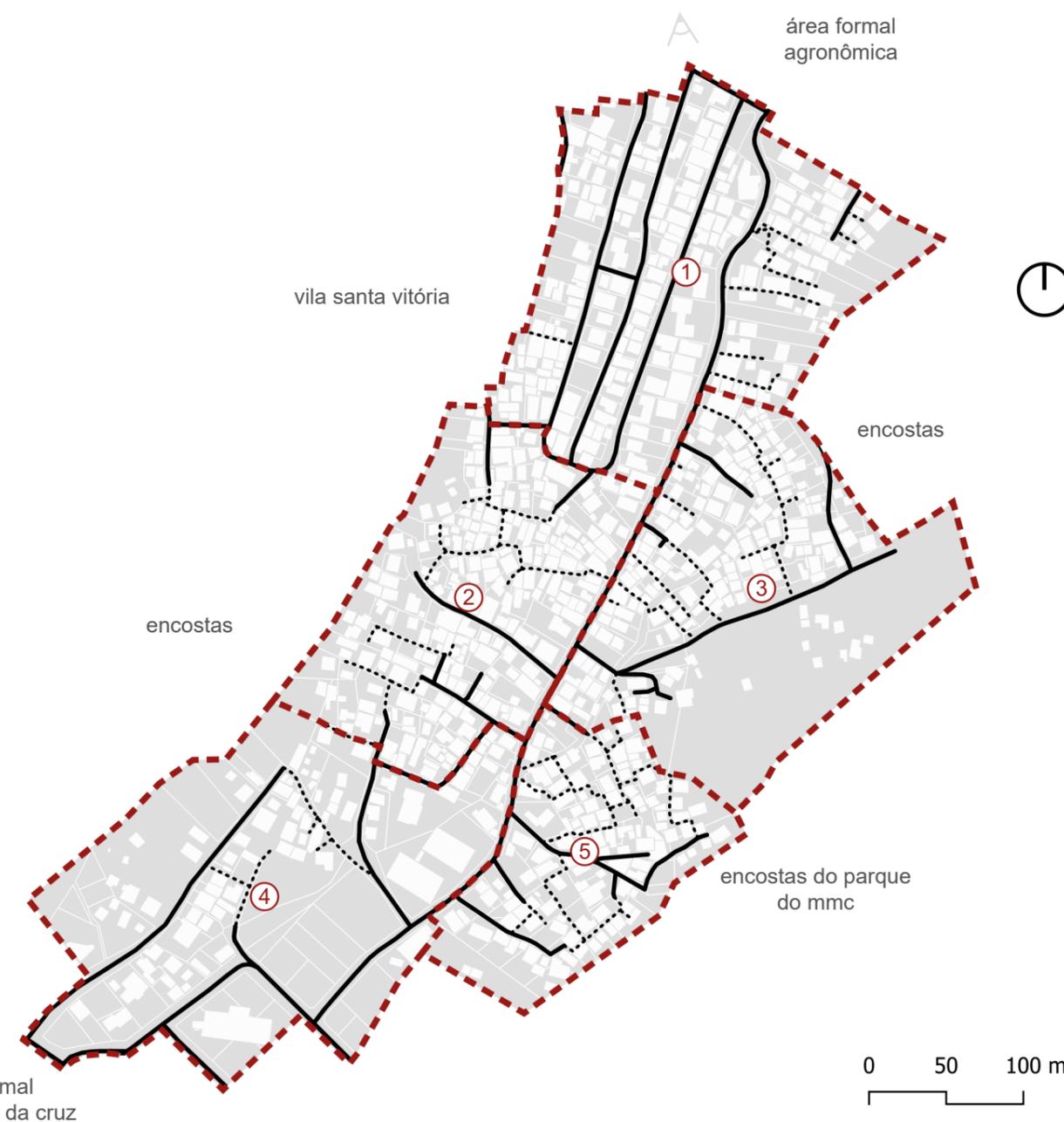
2. acessibilidade e infraestrutura viária

As vias em geral, e sobretudo a Rua Antônio Carlos Ferreira, principal eixo viário do Morro do Horácio, colocam-se como elementos estruturantes para a ocupação e as dinâmicas urbanas na comunidade.

3. topografia

A topografia particular do Morro tem grande impacto na conformação da ocupação da comunidade, como se evidencia nas imagens abaixo.

É importante salientar que esta setorização não corresponde a uma subdivisão da comunidade, mas sim a um elemento de balizamento voltado ao desenvolvimento da proposta. Dessa forma, os limites estabelecidos poderão ser expandidos ou diminuídos, caso necessário, durante a etapa de desenvolvimento do estudo.



setor 01



setor 02



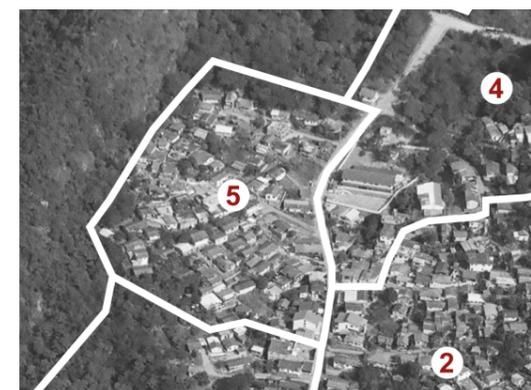
setor 03



setor 04



setor 05



diretrizes

proposta

diretrizes		objetivos	atividades	objeto de intervenção	especialização
garantir a permanência	dos moradores na comunidade	garantir a proximidade as fontes de emprego, serviços etc	adequação das ZEIS no perímetro do Morro do Horácio regularização fundiária*	<ul style="list-style-type: none"> setorização zoneamento a ser avaliado e adequado lotes que não estão cumprindo com sua função social vias pedonais e escadarias vias de veículos vias com acesso de serviços urbanos edificações áreas de risco segundo o PMRR curso d'água trecho canalizado área de influência do curso d'água área vegetada próxima das encostas mais íngremes equipamentos existentes na comunidade 	
		prever HIS, espaços de lazer e equipamentos comunitários para a comunidade	utilização das terras públicas ou privadas que não estejam cumprindo com sua função social		
garantir a urbanização e regularização	da comunidade	melhorar a mobilidade na comunidade	promoção e/ou adequação de vias, escadarias e vielas melhoria ou criação de conexões viárias garantia de segurança a circulação do pedestre e ciclista		
		garantir o acesso a infraestruturas e serviços urbanos	provisão ou melhoria dos acessos de veículos de serviços (ambulâncias, caminhão lixo etc) provisão ou manutenção da iluminação pública, drenagem urbana e esgotamento sanitário*		
garantir a integração	entre a comunidade	fortalecer relações e promover a coletividade	realocação das moradias e/ou implementação de outras medidas de segurança para as áreas de risco delimitação dos limites de ocupação das áreas próximas do curso d'água e das encostas saneamento do curso d'água e da recuperação vegetal das encostas		
	c/ a Vila Santa Vitória c/ as áreas formais	garantir o acesso as benesses urbanas e promover a inclusão social	promoção de espaços públicos de lazer e integração e da melhoria dos acessos e/ou conexões viárias melhoria nos acessos e conexões viárias		

*abrange todo o território do MH

setor 03

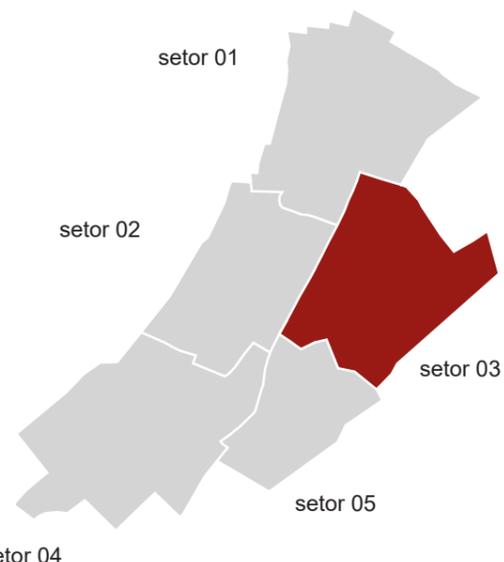
proposta

A partir da análise das características de cada setor, verificou-se que o setor 03 apresenta o maior conjunto de situações, problemas e potencialidades a serem desenvolvidos pelo estudo urbanístico e arquitetônico a que este trabalho se propõe elaborar e assim possibilitar o desenvolvimento do maior conjunto de soluções que possam ser replicadas ou servir de referência aos demais setores. Dentre as características que levaram a escolha da área, destacam-se:

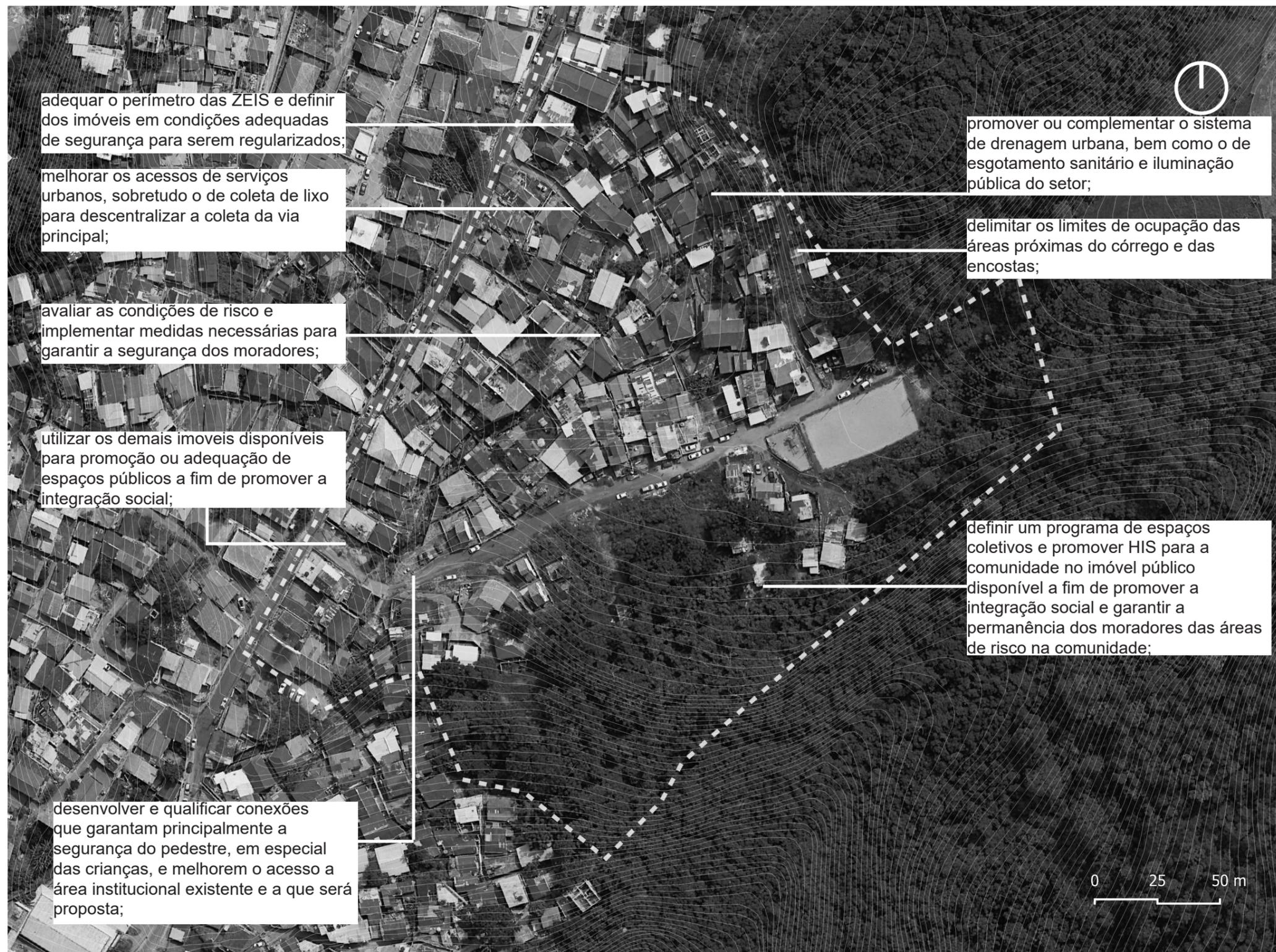
- carência de espaços de lazer;
- avanço da ocupação sobre as encostas;
- incompatibilidades dos limites das zeis;
- infraestrutura viária precária e falta de acesso de veículo de serviço a grande parte das moradias;
- ocupação nas margens ou sobre o rio em área de risco;
- lote municipal disponível para construção de his, equipamentos e áreas públicas voltadas a permanência e melhoria da qualidade de vida na comunidade.

O mapa de análise do setor apresentado a seguir (página 17) ilustra a análise geral da área.

As diretrizes elaboradas para o Morro do Horácio, apresentadas anteriormente, foram então rebatidas ao setor 03, como ilustra o mapa ao lado.



morro do horácio



adequar o perímetro das ZEIS e definir dos imóveis em condições adequadas de segurança para serem regularizados;

melhorar os acessos de serviços urbanos, sobretudo o de coleta de lixo para descentralizar a coleta da via principal;

avaliar as condições de risco e implementar medidas necessárias para garantir a segurança dos moradores;

utilizar os demais imóveis disponíveis para promoção ou adequação de espaços públicos a fim de promover a integração social;

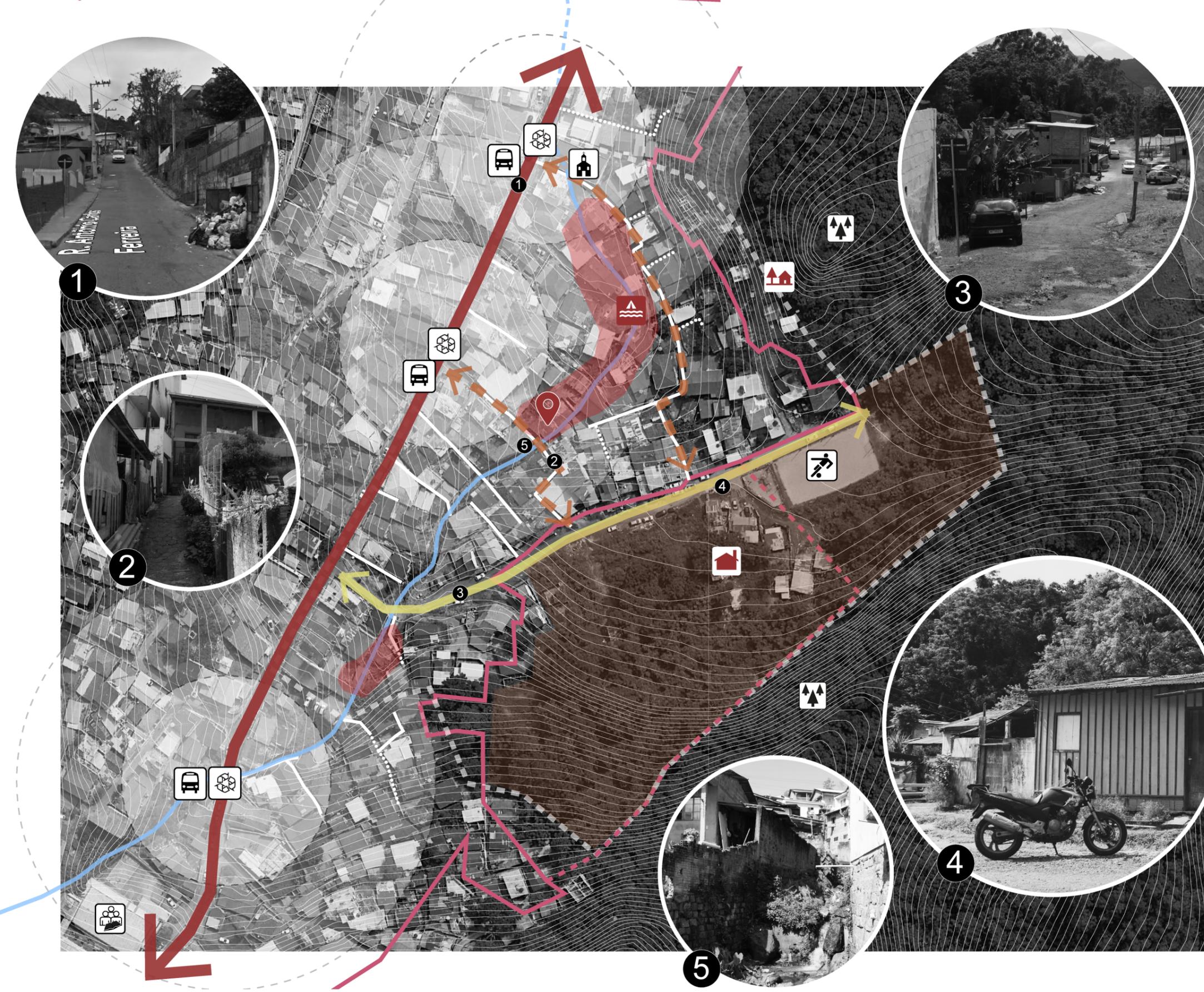
desenvolver e qualificar conexões que garantam principalmente a segurança do pedestre, em especial das crianças, e melhorem o acesso a área institucional existente e a que será proposta;

promover ou complementar o sistema de drenagem urbana, bem como o de esgotamento sanitário e iluminação pública do setor;

delimitar os limites de ocupação das áreas próximas do córrego e das encostas;

definir um programa de espaços coletivos e promover HIS para a comunidade no imóvel público disponível a fim de promover a integração social e garantir a permanência dos moradores das áreas de risco na comunidade;

setor 03

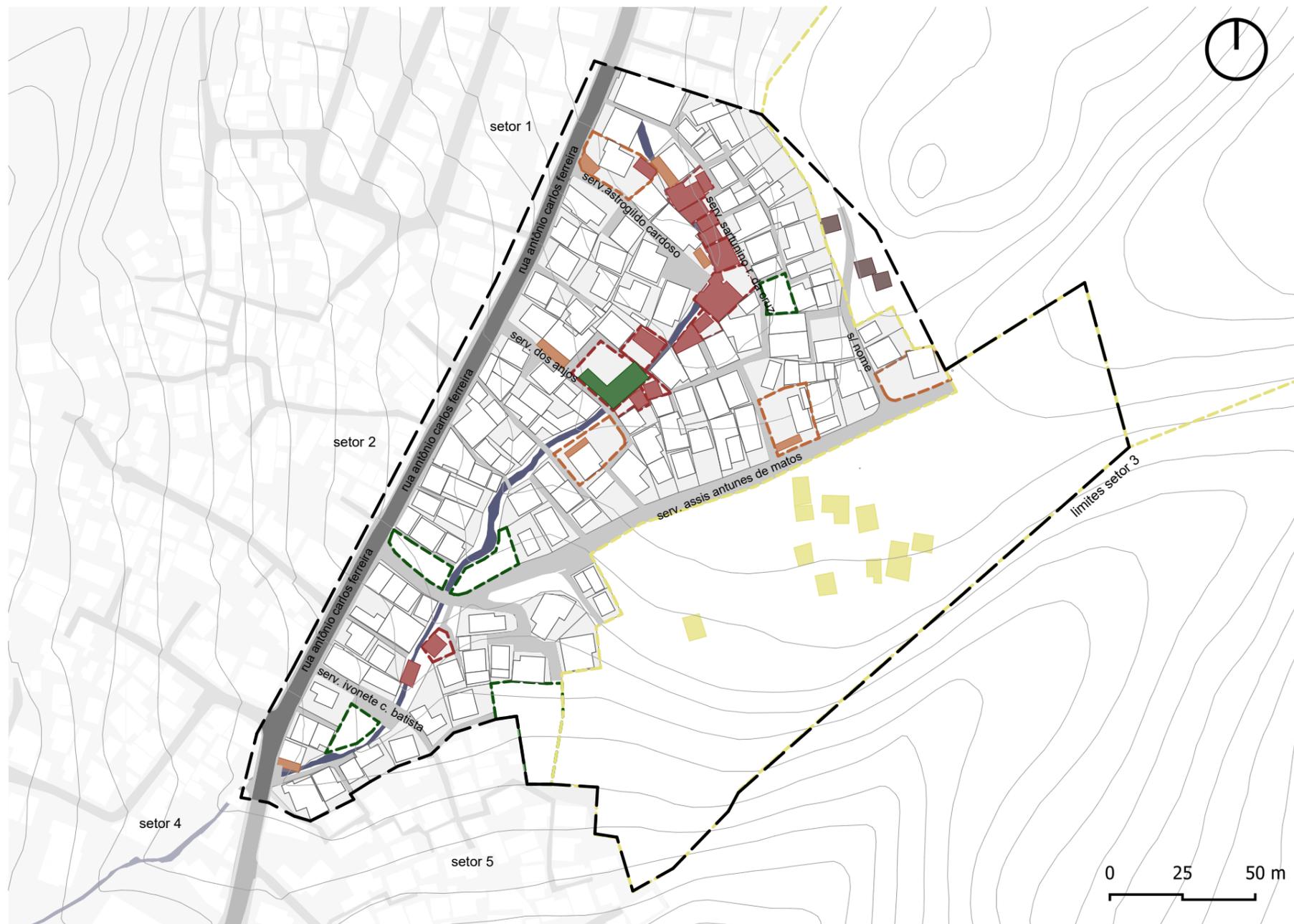


- □ □ setor 3
- curso d'água - poluído e desarticulado da paisagem urbana
- ▲ ▲ APP
- limite da ZEIS 2 - delimitação não criteriosa e defasada, algumas moradias consolidadas estão descobertas pela zona
- - - limite da ZEIS 3 - incide parcialmente sobre o lote municipal
- acessos pedonais - estreitos, variam de 1,2m a 2m
- ○ ○ ○ escadarias - estreitas, 1,5m
- ☪ igreja
- ⚽ campo de futebol e parquinho infantil - isolados no setor
- 🎒 escola (setor 4) - seu acesso se dá pela via Antônio Carlos Ferreira
- 🚌 paradas de ônibus - relativamente bem distribuídos, distam entre 90 e 160m
- ♻️ pontos de coleta de lixo escassos e concentrados ao longo da via Antônio Carlos Ferreira
- ○ ○ ○ raio de 40m/80m dos pontos de coleta
- ➔ eixo principal de acesso, circulação de veículos de serviços urbanos e conexão da comunidade, eixo de maior insegurança para circulação de pedestres
- ➔ principal eixo de acesso de veículos do setor - Servidão Assis Antunes de Matos, não pavimentada
- ➔ principais eixos de circulação pedonal do setor
- 🔴 área de risco crítica - habitações construídas sobre o curso d'água
- 🌊 ponto crítico de inundação - ponto de maior velocidade da água e curva sinuosa
- 📍 edificação condenada pela defesa civil
- 🏠 avanço da ocupação sobre a encosta - APP
- 🏠 avanço da ocupação do terreno municipal
- 🟫 lote municipal disponível

caracterização e condicionantes do setor 03

síntese da análise do setor 03

realocações - proposta



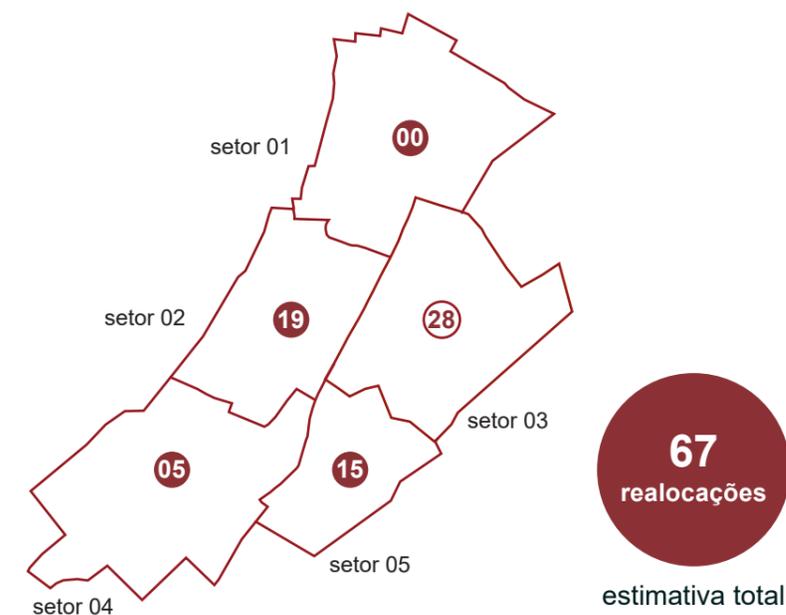
01. realocações e demolições - setor 03

figura 01. A primeira etapa de proposição consistiu na análise da situação de risco das moradias do setor, na avaliação dos lotes com base na planta de divisão dos lotes disponibilizada pela prefeitura (desatualizada e incompatível - atualizada pelo autora de acordo com os muros e divisas existentes e identificados) e, finalmente, na definição das moradias para realocação.

Conforme ilustrado na legenda a seguir, se prevê um total de **28 realocações** e a demolição ou reforma de 7 anexos/garagens no setor 03.

- moradias precárias ocupando o imóvel municipal - **10**
- moradias precárias ou não com risco de inundação - **15**
- moradias precárias com risco de deslizamento - **3**
- anexos ou garagens - **7**
- edificação condenada pela Defesa Civil (vazia) - **1**
- imóveis públicos
- imóveis vazios
- imóveis desapropriar
- imóveis maiores que 250m²

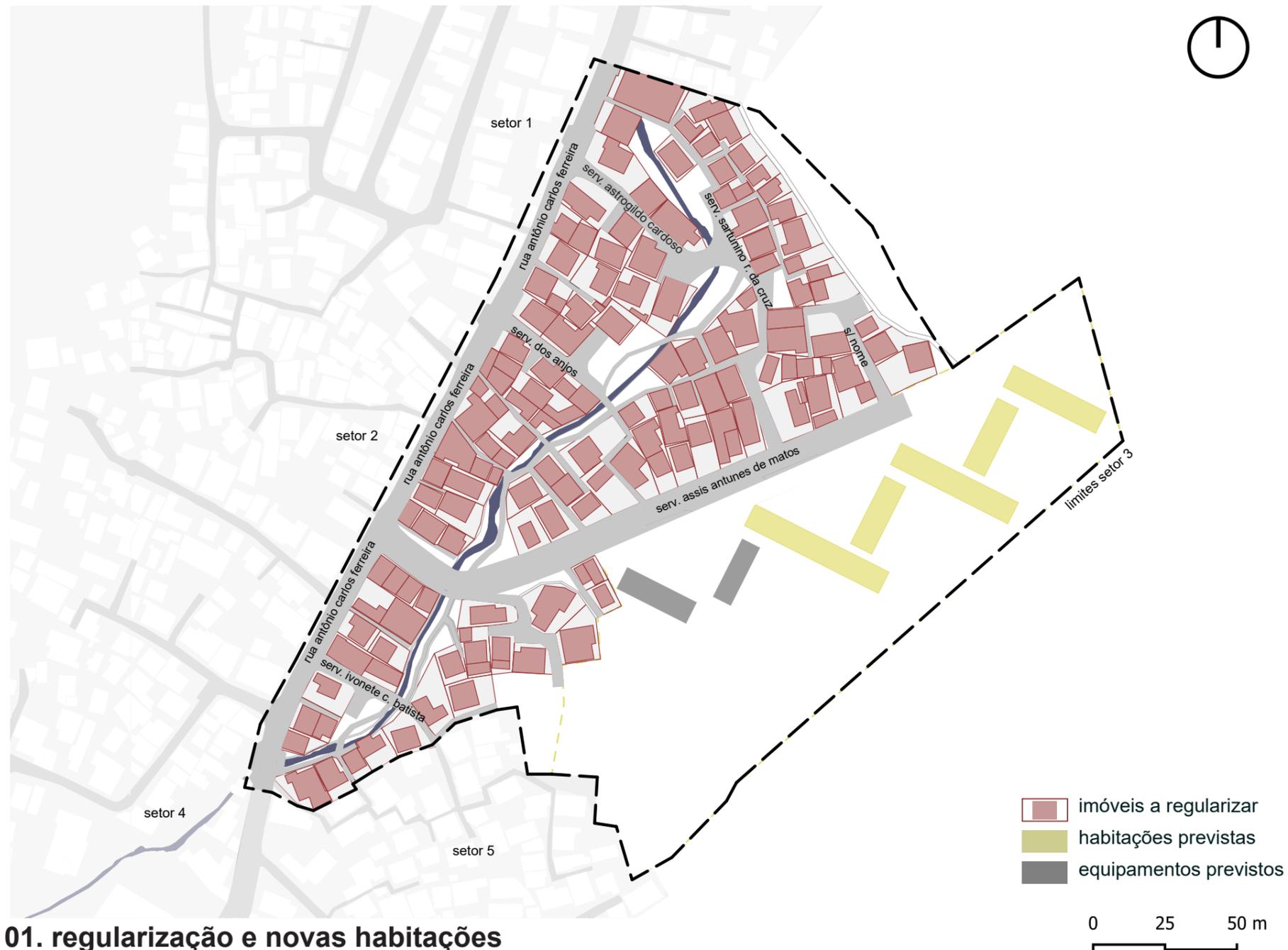
figura 01. Para a definição das moradias a serem realocadas, priorizou-se aquelas que se encontravam em **situação de risco**, que correspondem, em sua maioria, as moradias que avançaram sobre o leito do córrego e que concentram-se, sobretudo, em um ponto que o curso d'água adquire maior velocidade. Articulado a definição das moradias em situação de risco, definiram-se as demais realocações e demolições com base nas premissas de projeto de qualificação da área. Dessa forma, foram delimitados, também: os **novos limites de ocupação** em relação as encostas e ao entorno do curso d'água a fim de recuperar e preservar os recursos naturais; o **acesso de veículos de serviços** para atendimento de áreas atualmente inacessíveis; e a liberação do imóvel municipal para **construção do novo conjunto habitacional** para abrigar as famílias realocadas e garantir sua permanência na comunidade. É importante salientar que a **condição das moradias** também foi um critério definidor. Dessa forma, a maioria das casas definidas para serem realocadas se apresentavam em condições precárias de habitabilidade.



02. previsão de realocações - comunidade

figura 02. Também foram verificadas as manchas de risco definidas pelo PMRR nos demais setores e estimadas as moradias a serem realocadas na comunidade. Portanto, os dados relacionados aos demais setores, apresentados no esquema 02 acima, foram extraídos com base em uma análise superficial das manchas de risco, em que, levantaram-se aquelas moradias em aparentes condições precárias e que avançaram nas porções mais íngremes das encostas. Salienta-se que se trata de uma **estimativa aproximada** e que este valor pode variar diante de uma análise mais aprofundada dos casos e do projeto de reurbanização de cada setor.

delimitação dos lotes e distribuição dos usos - proposta



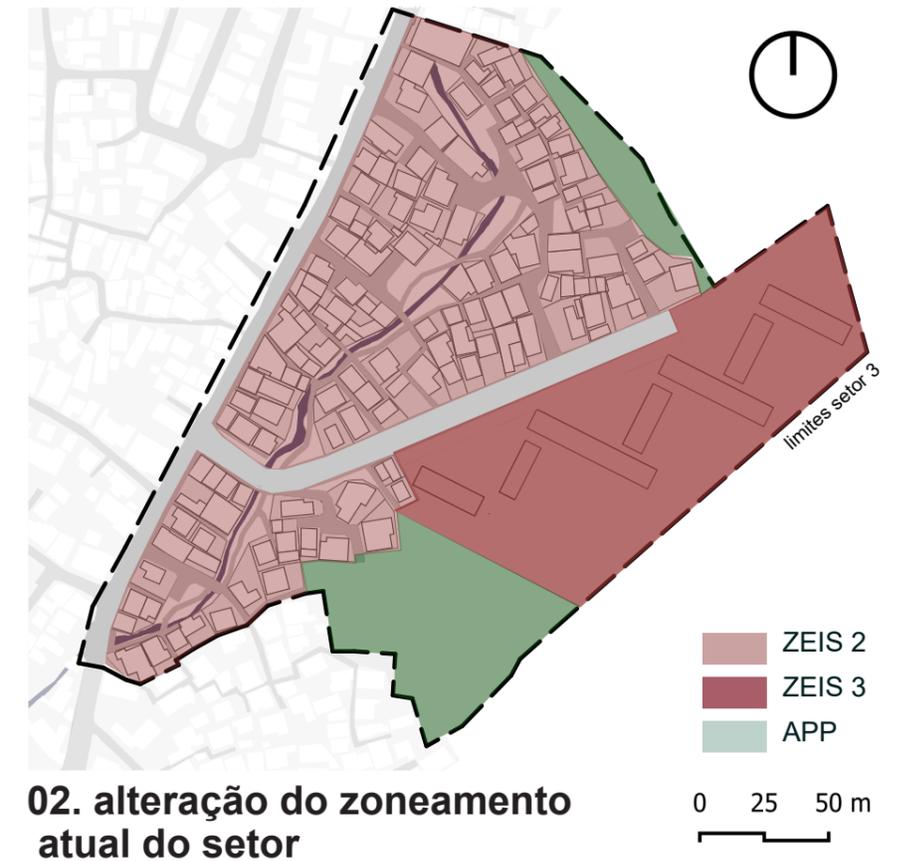
01. regularização e novas habitações

figura 01. A partir da definição das realocações e da delimitação do projeto viário, se previu o realinhamento dos limites dos lotes e indicou-se os imóveis a serem regularizados, conforme a figura 01 acima. É interessante mencionar que foram avaliadas as dimensões de cada lote e aqueles identificados com dimensões superiores a 250m² foram readequados conforme o projeto viário.

É importante mencionar que não se trata de uma proposta de regularização, mas sim da indicação dos casos passíveis de serem regularizados mediante as propostas apresentadas para a

reurbanização da área. Para além dos imóveis a serem regularizados, a figura 01 acima apresenta a localização das novas habitações, previstas principalmente para a realocação das famílias levantadas (ver página 18). O estudo arquitetônico e demais informações acerca das novas habitações e equipamentos serão apresentado a partir da página 25 deste caderno.

Salienta-se, ainda, que esta proposta é estritamente técnica e que não foi discutida com a população, apesar da autora reconhecer o papel central da participação popular.



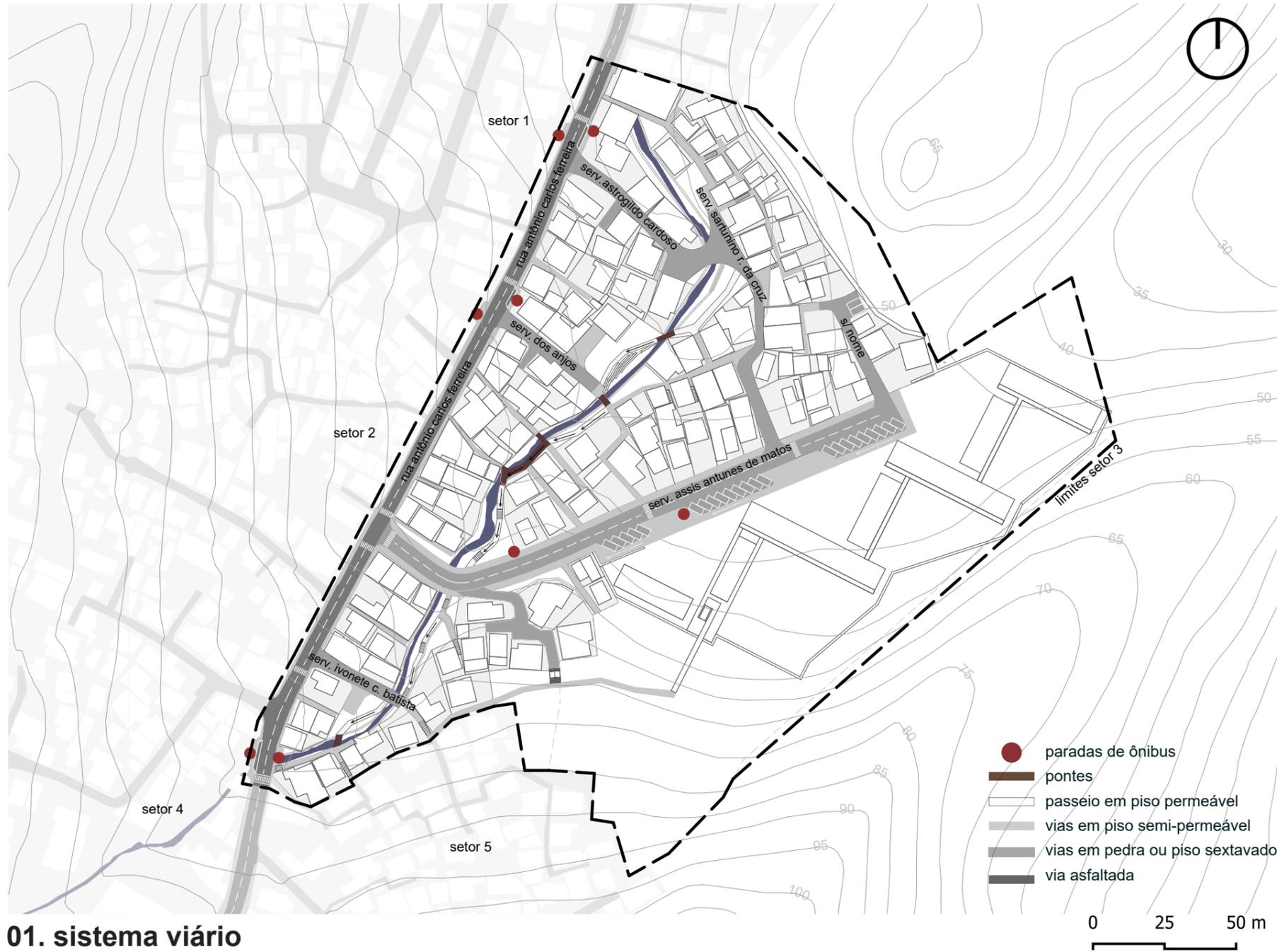
02. alteração do zoneamento atual do setor

figura 02. Propõe-se a adequação dos limites do zoneamento previsto pela Lei Complementar 482/2014 para o setor 03 conforme o mapa 02, acima. Sugere-se a adequação dos limites da ZEIS-2 de acordo o novo alinhamento previsto para os lotes e a adequação dos limites da ZEIS-3 a fim de viabilizar o projeto habitacional. As áreas adjacentes correspondem as porções do setor com inclinação superior ou próxima de 25°, se configurando, dessa forma, como Área de Uso Restrito, segundo a Lei Federal 12.651/2012. Sugere-se, dessa maneira, a delimitação dessas áreas como Áreas de Preservação Permanente pelo Zoneamento Municipal, bem como não se prevê a ocupação dessas áreas nesta proposta.

implantação - proposta



sistema viário - proposta

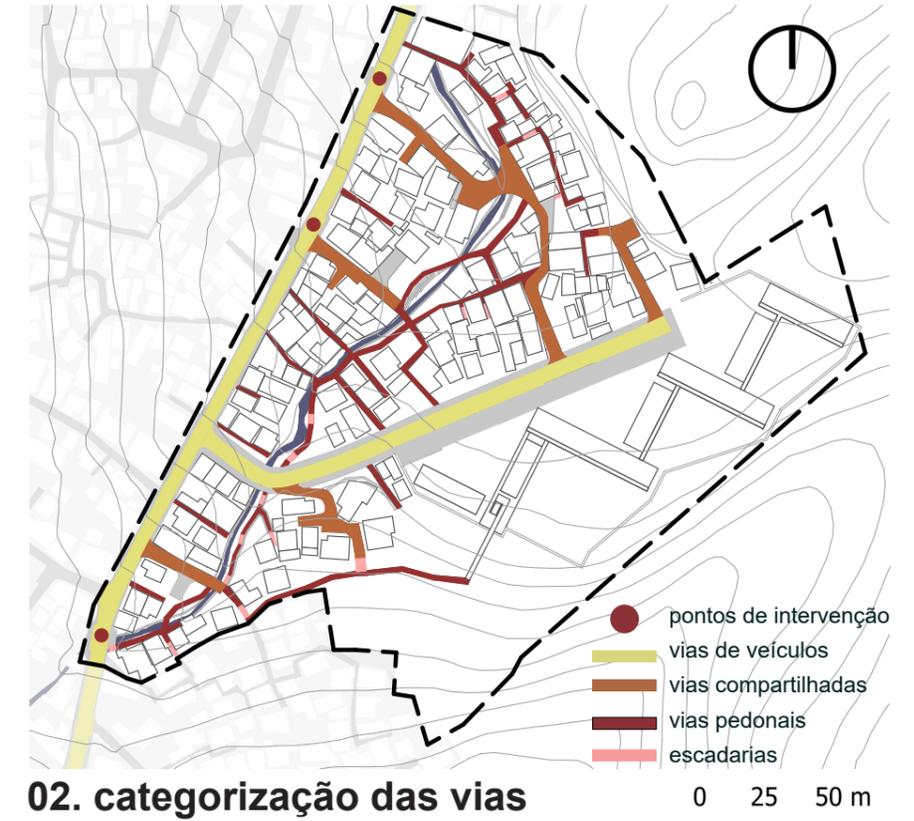


01. sistema viário

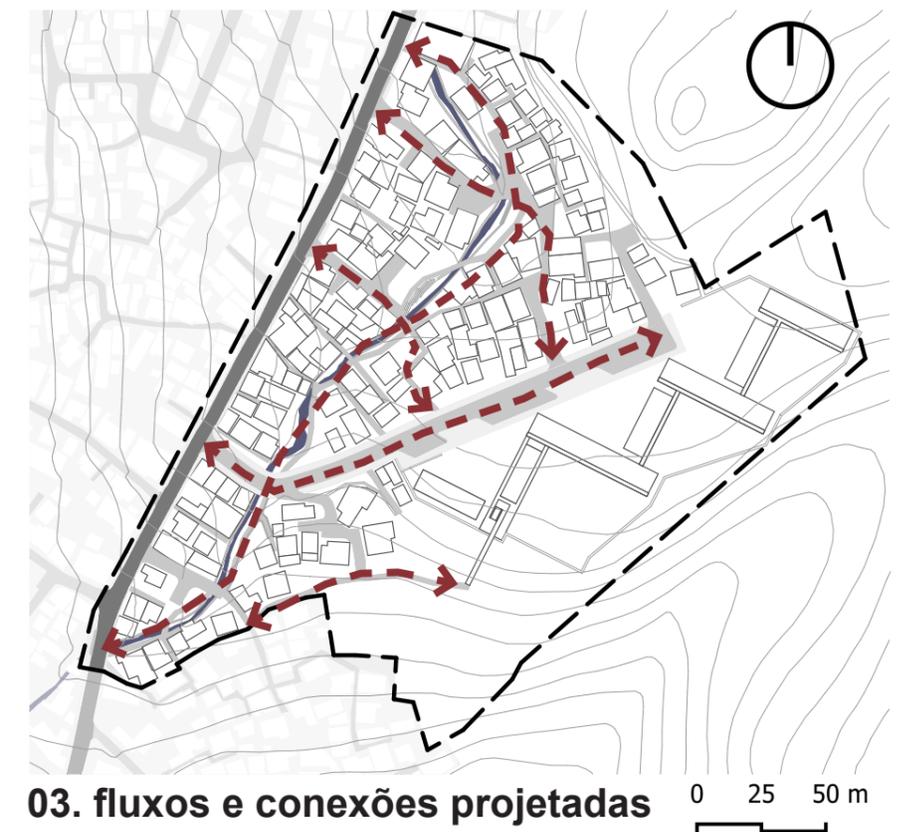
Em relação ao sistema viário, priorizou-se a qualificação e a garantia de segurança a circulação dos pedestres e ciclistas. Dessa forma, estabeleceram-se novos eixos caminháveis de conexão interna e entre setores, a qualificação das vias pedonais existentes, a adequação das vias de veículos existentes (rua Antônio Carlos Ferreira e a Servidão Assis Antunes de Matos - via aberta durante o PAC) e a priorização do pedestre nas vias compartilhadas propostas.

Em relação a circulação de veículos no setor, priorizou-se o acesso

de veículos de serviço na área. Também se prevê uma nova alça de conexão que interliga a via principal aos equipamentos e conjunto habitacional, bem como a qualificação da serv. Assis Antunes de Matos, aberta durante o PAC.



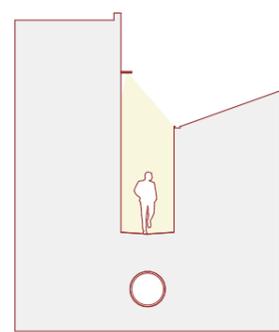
02. categorização das vias



03. fluxos e conexões projetadas

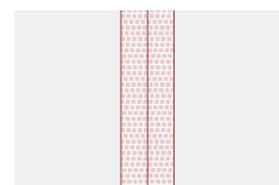
tratamento das vias - proposta

01 requalificação vias pedonais existentes



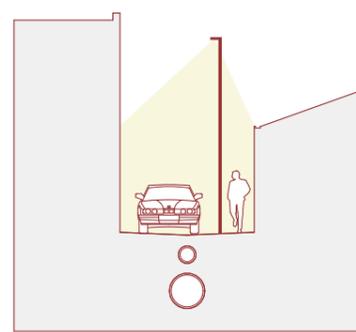
corte

1,5m - 2m



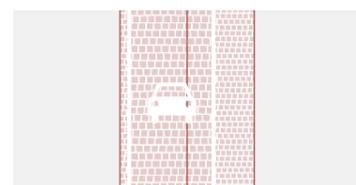
planta

02 vias compartilhadas propostas



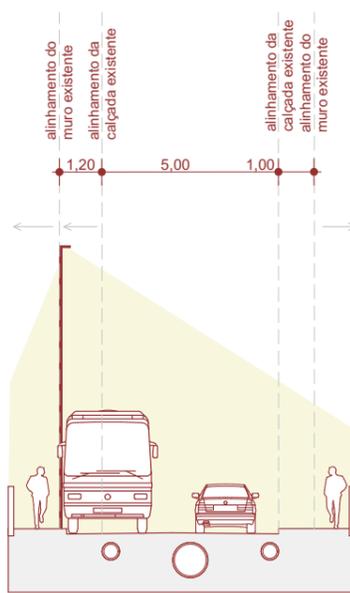
corte

2,9m - 4m



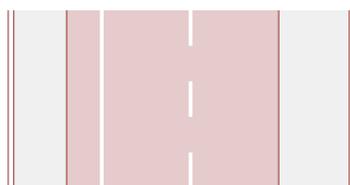
planta

03 intervenções na via Antônio Carlos Ferreira*



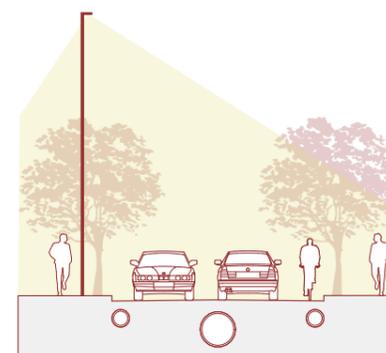
corte

1,50 6,00 2,00



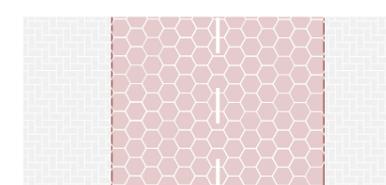
planta

04 requalificação da Servidão Assis Antunes de Matos



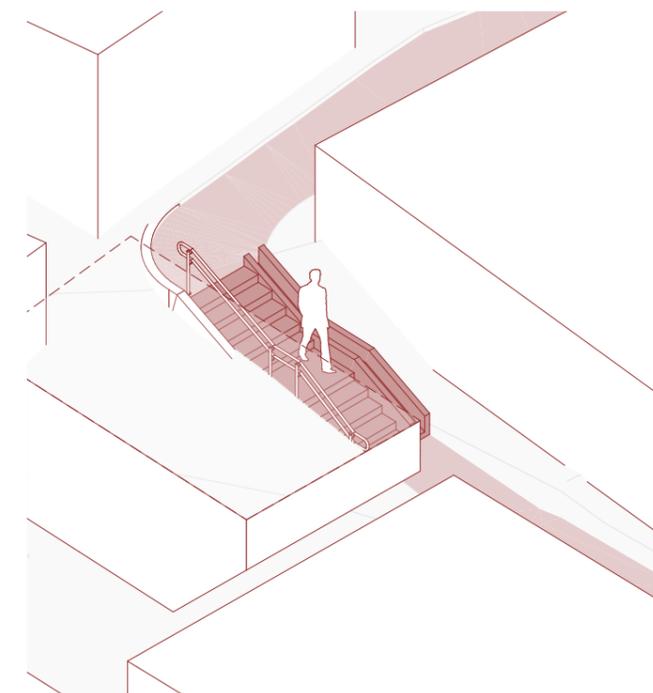
corte

variável 6,00 2,00



planta

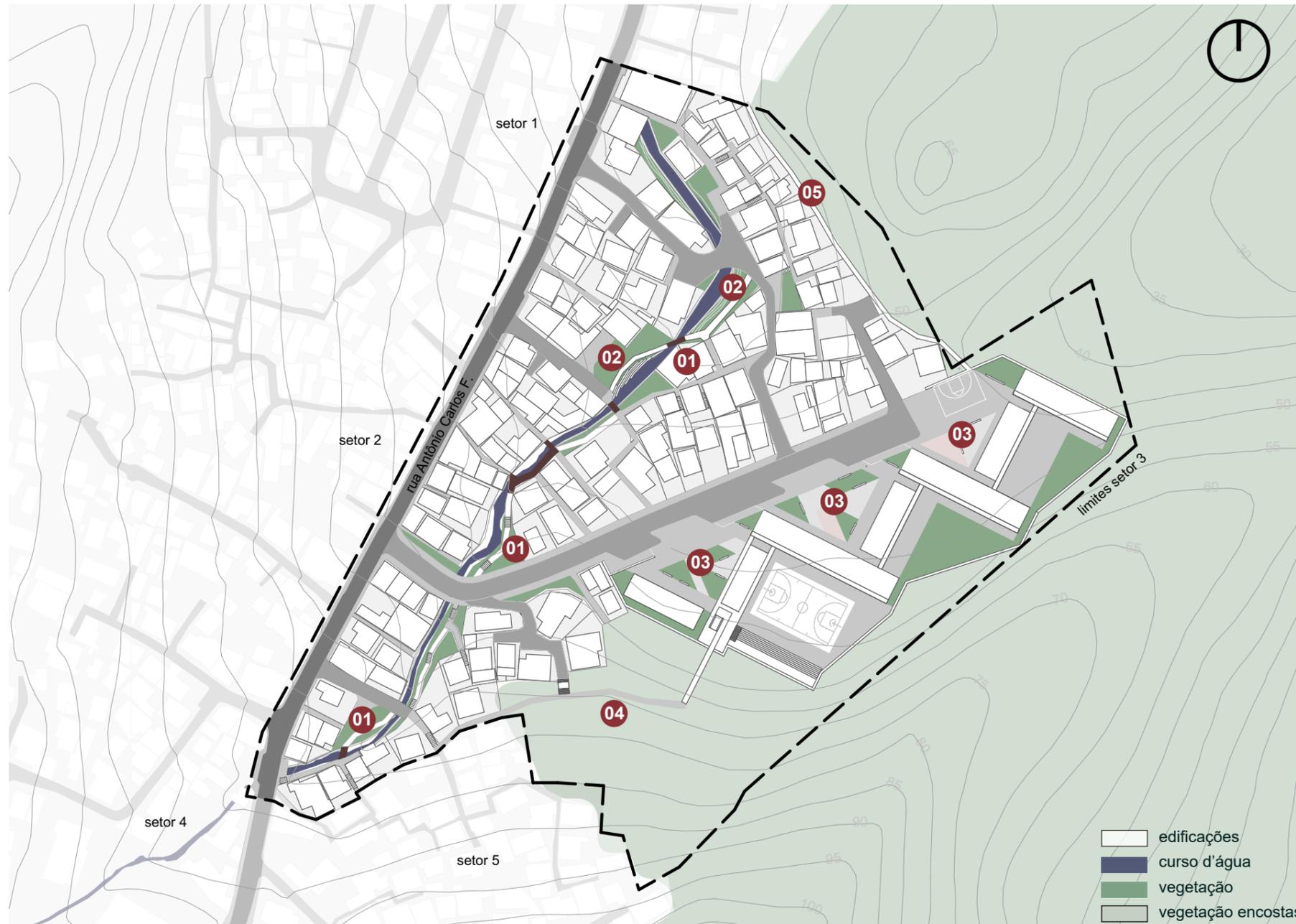
05 requalificação das escadarias



isométrica

*prevê-se, para alguns pontos específicos da rua Antônio Carlos Ferreira, a ampliação da calçada e o recuo da via para parada do ônibus como mecanismos de proteção ao pedestre e de melhorar a fluidez do tráfego na via, respectivamente (ver mapa 02, p. 21).

áreas verdes e estratégias socio-ambientais - proposta



01. áreas verdes de lazer

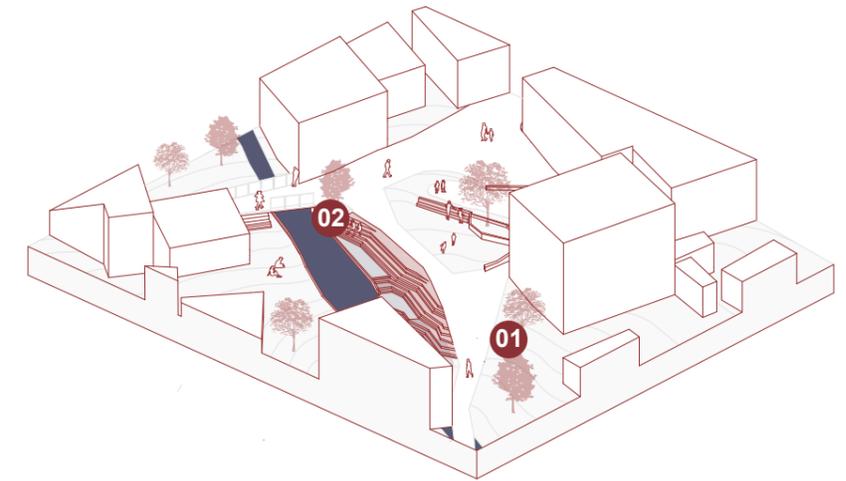
01 passeio no entorno do curso d'água articula as estratégias de: melhoria das conexões pedonais, atuando como eixo de costura de alguns caminhos existentes, e se colocando como trajeto alternativo e seguro ao pedestre; aproximação do curso d'água, integrando-a paisagem urbana; e de bloqueio do avanço da ocupação no entorno do córrego.

02 bacias de contenção dispostas em pontos estratégicos com o fim de alargar o leito do curso d'água e atuar como pontos de alagamento, também podem ser apropriadas como elementos urbanos.

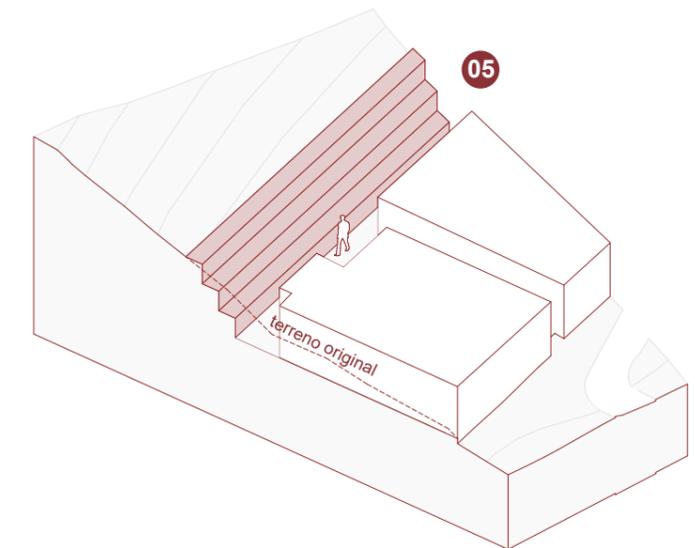
03 faixa frontal do condomínio destinada ao uso de lazer com praças e parques infantis (ver p.28);

04 mirante que atua como eixo de conexão com o setor vizinho e possibilita o desfrute da bela paisagem natural da baía norte (ver p.28).

05 muros de arrimo correspondem a outro mecanismo previsto para delimitar os limites de ocupação, nesse caso das áreas de encosta. A estratégia também atua para melhorar as condições de insolação e ventilação das moradias adjacentes.

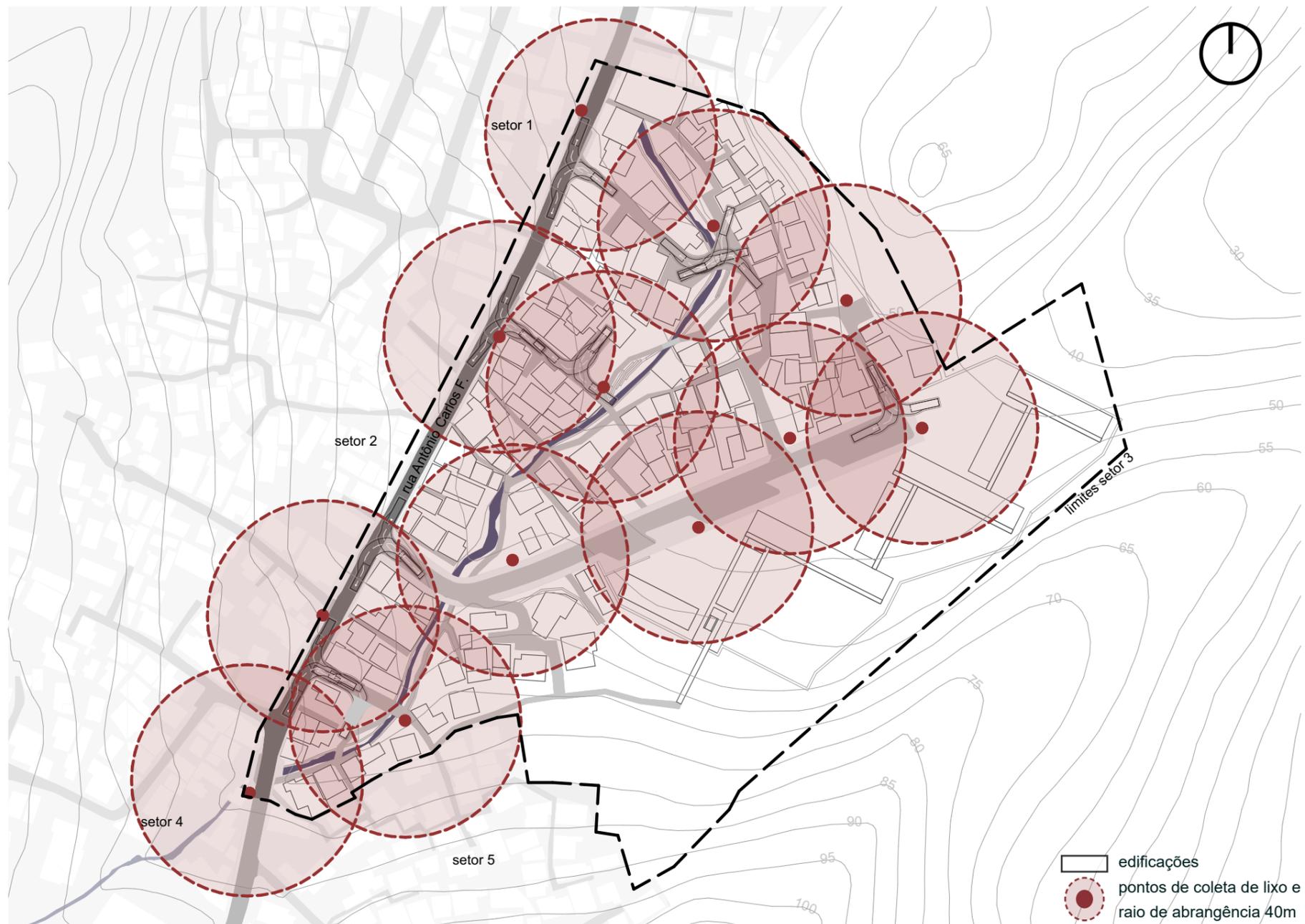


02. isométrica esquemática passeio e bacia de contenção



03. muro de arrimo - gabião

infraestrutura urbana - proposta



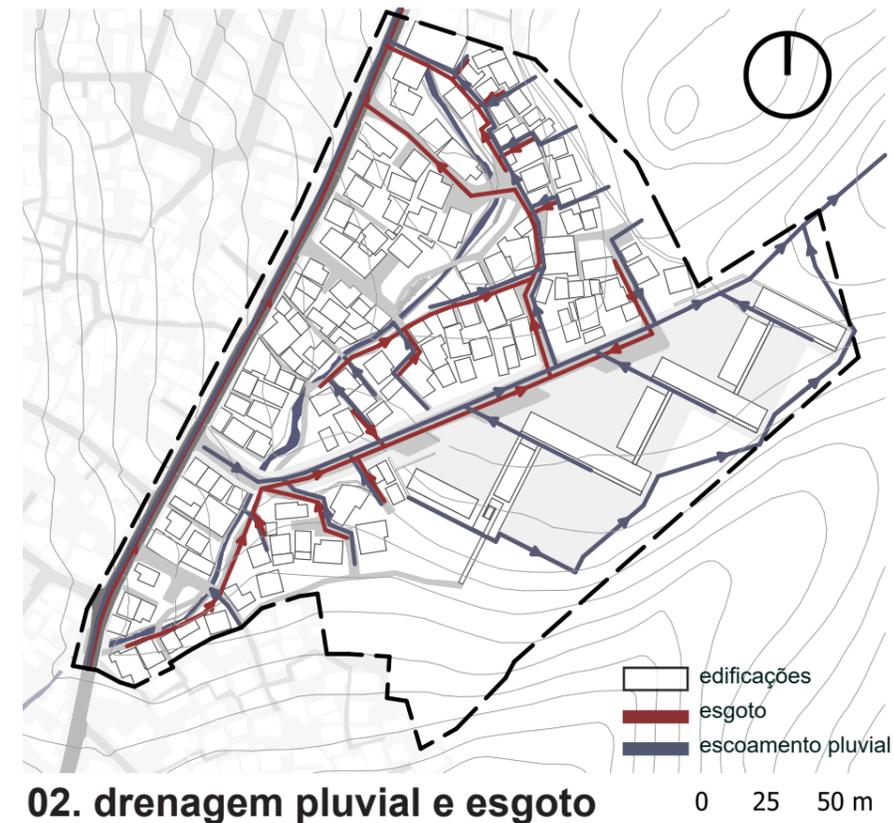
01. coleta de lixo

figura 01. A fim de descentralizar a rede de coleta de lixo e, conseqüentemente, o acúmulo de lixo da via principal, encurtando os trajetos para descarte, previram-se novos acessos para os caminhões de coleta e de outros serviços urbanos e pontos de coleta no setor.

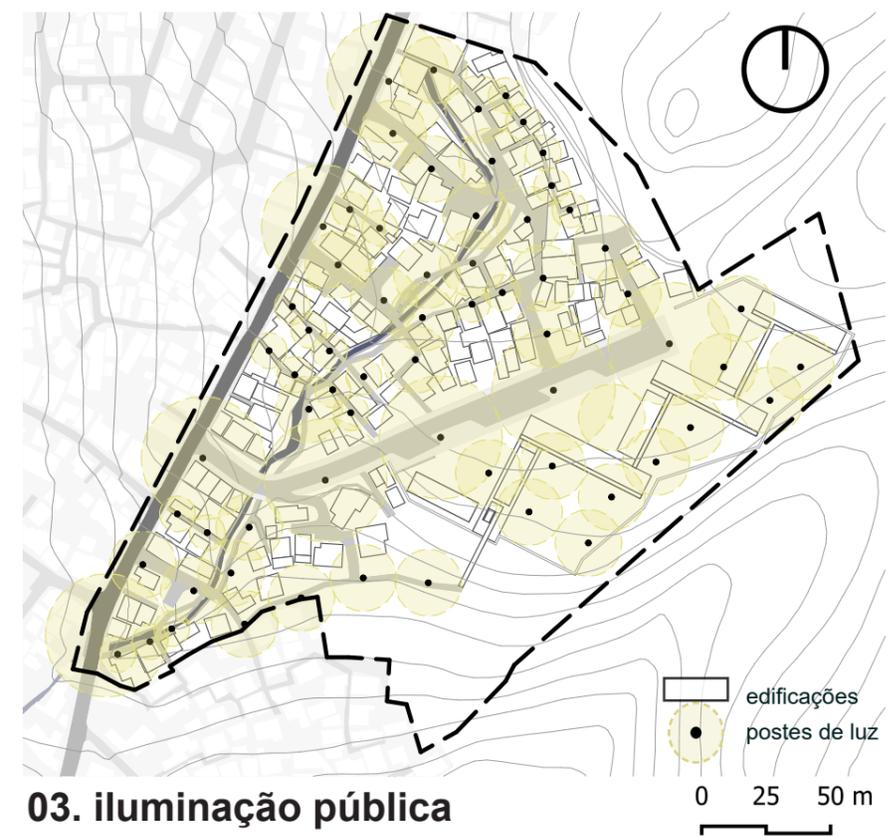
figura 02. Não há informações precisas disponíveis que indiquem as moradias atendidas pelas obras de infraestrutura do PAC no Morro do Horácio. Sendo assim, considerou-se a existência de atendimento dos sistemas de drenagem e esgoto em uma faixa lindeira de

aproximadamente 50m da relação a via principal. A proposta desenvolvida para esses sistemas volta-se, portanto, para as áreas excedentes, que supostamente não tem atendimento atualmente, bem como para as áreas novas a serem construídas.

figura 03. Da mesma forma, considera-se que a via principal possua sistema de iluminação pública instalado e, portanto, os novos pontos propostos correspondem a qualificação das vias existentes e das propostas para o setor.

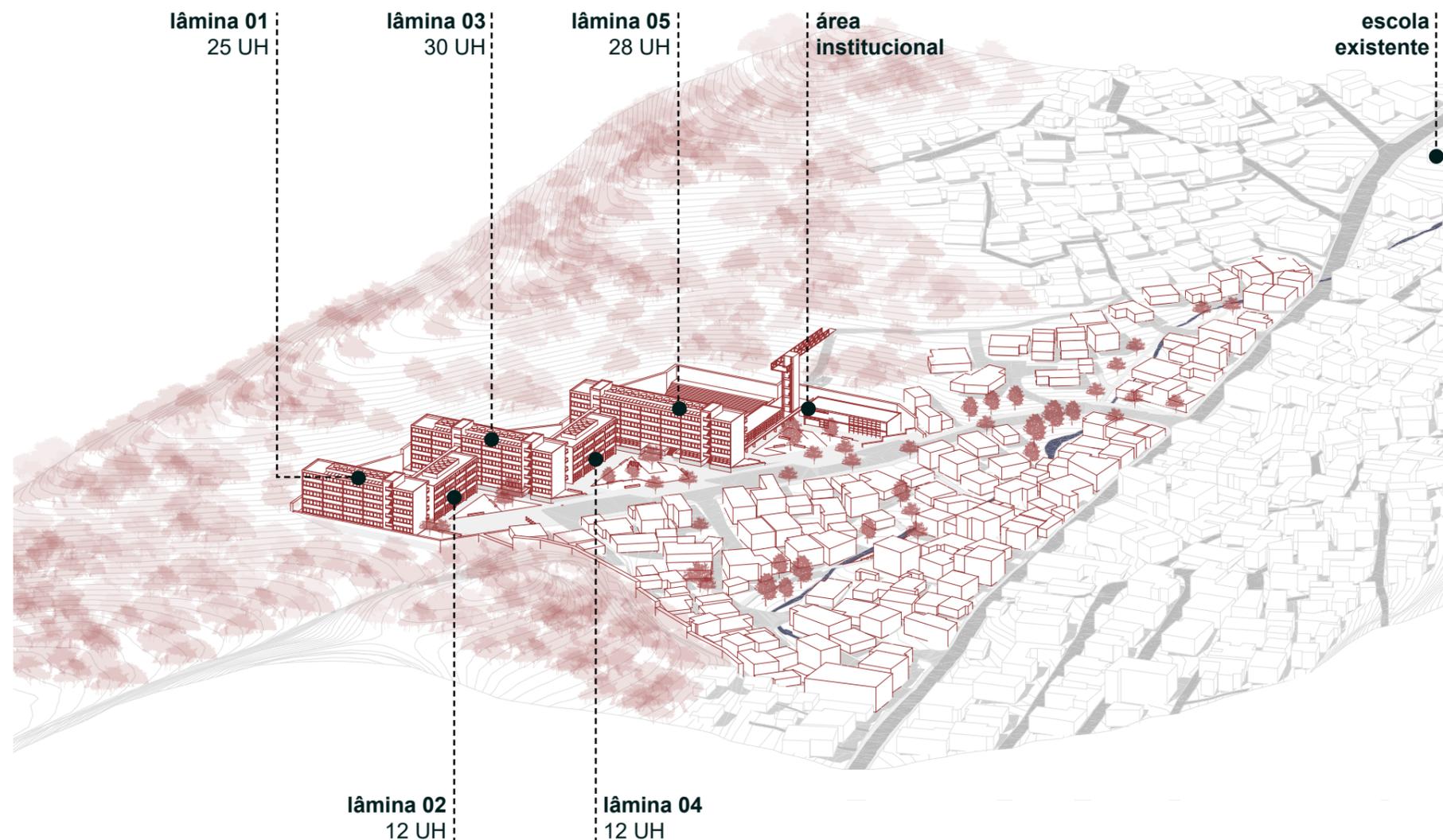


02. drenagem pluvial e esgoto



03. iluminação pública

o programa - proposta



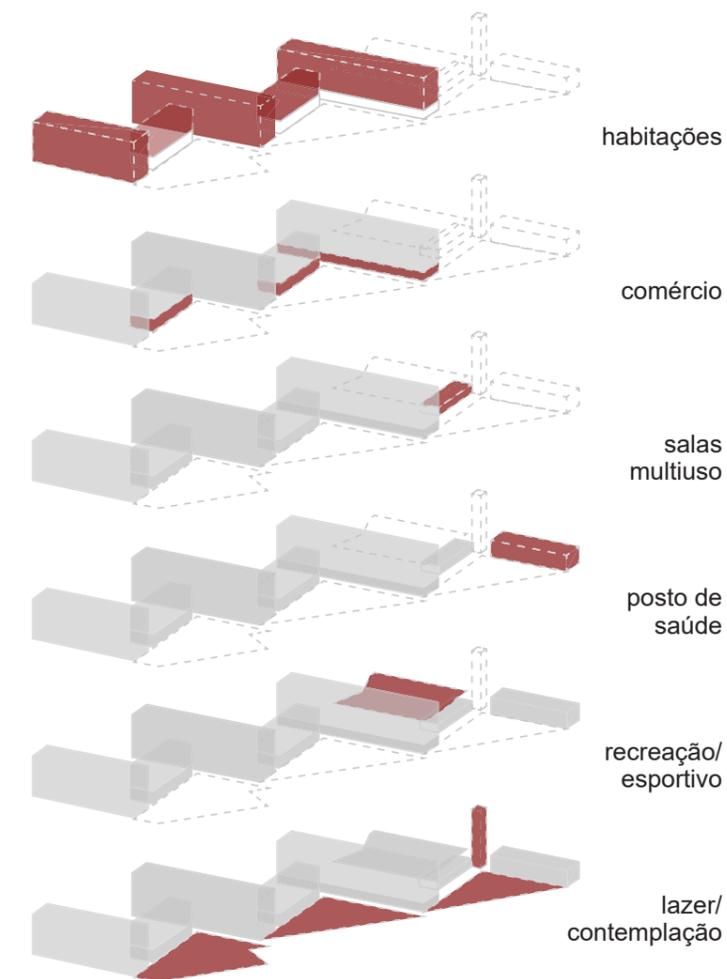
01. isométrica de implantação da proposta

O estudo arquitetônico visa, essencialmente: prever um número mínimo de unidades que garanta que as famílias em situação de risco permaneçam na comunidade e em condições seguras e adequadas de habitabilidade; fomentar a integração e interlocução com seu entorno imediato, respeitando as áreas verdes das encostas e, principalmente, se articulando as áreas ocupadas do setor; reservar uma porção do lote para os equipamentos comunitários que a comunidade necessita; e, ainda, proporcionar espaços públicos coletivos qualificados voltados a comunidade, para que os moradores tenham acesso, perto de suas casas, a áreas de lazer, contemplação, recreação e integração.

Dessa forma, **propõe-se que 63% das unidades habitacionais previstas sejam destinadas as famílias do Morro do Horácio a serem realocadas** das áreas de risco, e 37% a outras famílias em condições de vulnerabilidade social, residentes ou não da comunidade.

Assim, das 107 unidades habitacionais, prevê-se uma reserva mínima de 67 unidades às famílias realocadas.

Para além das unidades habitacionais, o programa proposto prevê os seguintes equipamentos comunitários: **um posto de saúde** para atendimento do Morro e das comunidades e áreas adjacentes (como a Vila Santa Vitória e Nova Trento); **área esportiva** com quadra, arquibancada e banheiro de apoio; **salas multiuso**, voltadas a múltiplas atividades formativas e de contraturno (cursos de costura, artesanato, aulas de música, de dança, etc); e **sala administrativa de apoio a associação comunitária**. Analisou-se que, diante da localização, disposição do terreno em relação a comunidade e ao seu entorno imediato, a priorização da alocação dos equipamentos o mais próximo possível dos demais setores e principal eixo de acesso da comunidade, a via Antônio Carlos Ferreira.



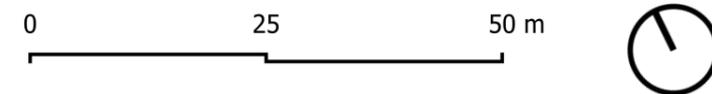
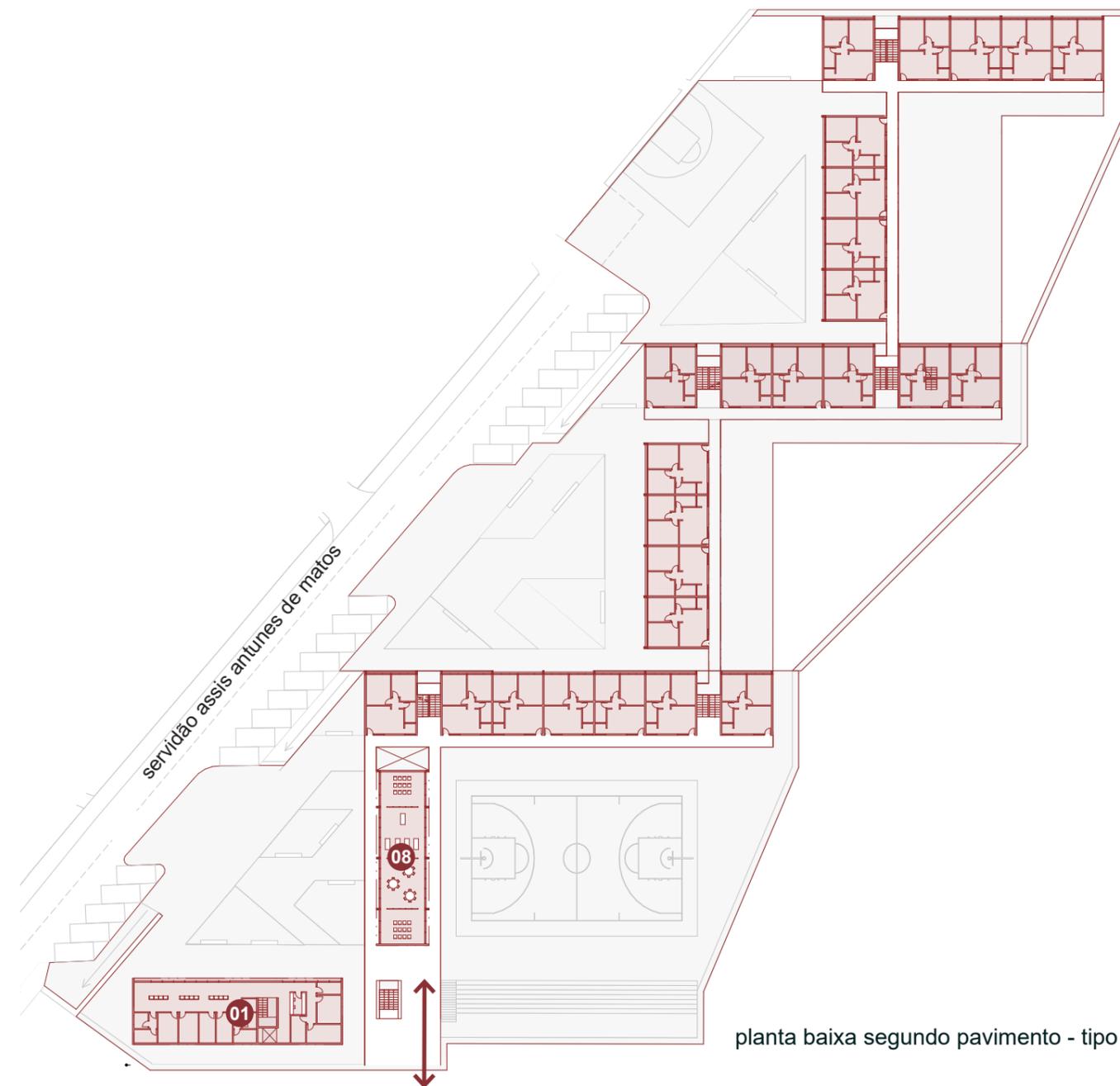
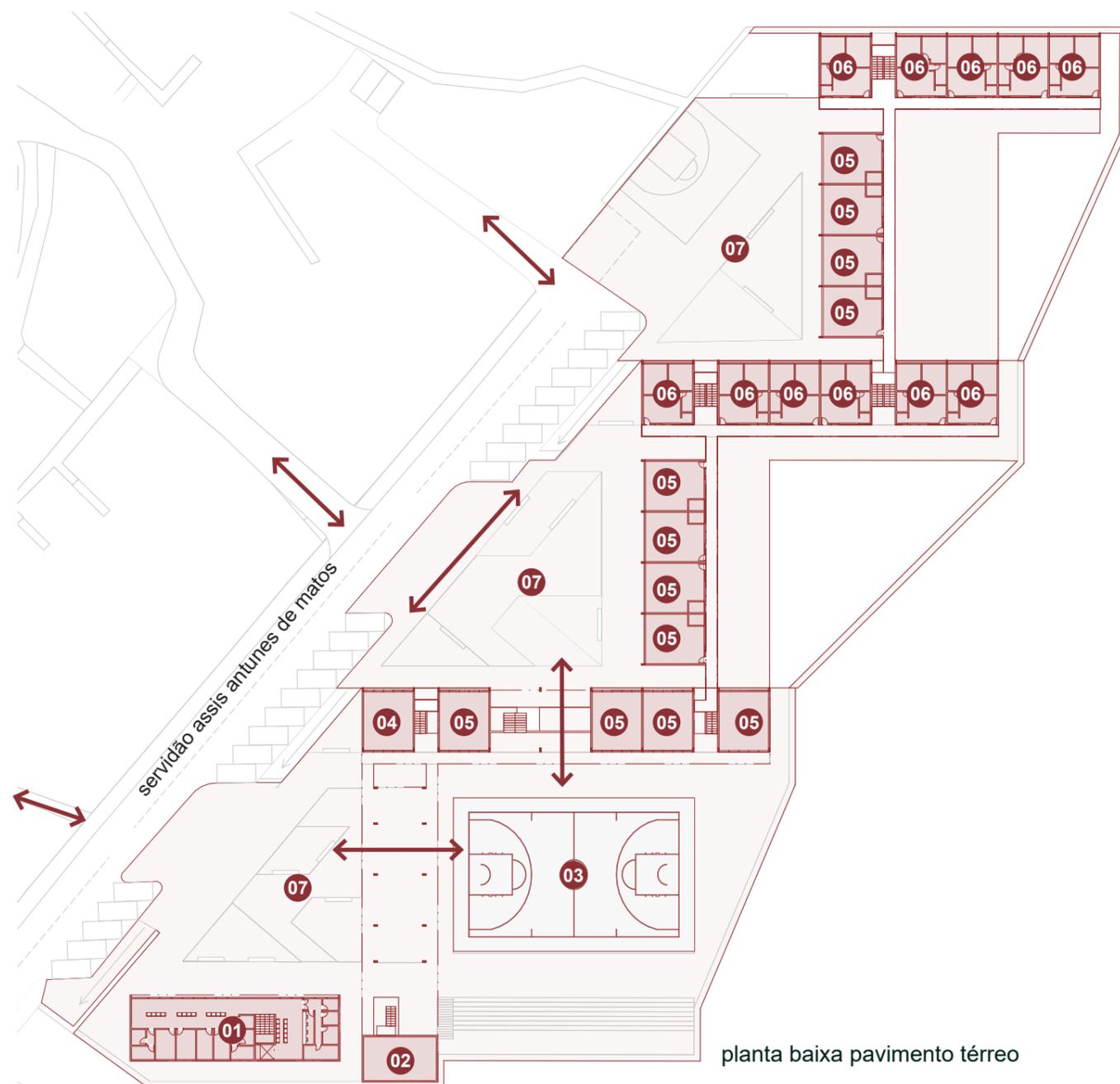
02. esquema de distribuição do programa

Prevê-se, também, a destinação da faixa frontal do condomínio para a articulação de **áreas de lazer** integradas ao passeio público e voltadas a apropriação e utilização de toda a comunidade, e promoção da integração social. Também se propõe um **mirante** como eixo conector ao setor 05 e de contemplação da paisagem natural da baía norte.

Por fim, se prevêem **12 salas comerciais** no térreo das lâminas 02, 04 e 05 como mecanismo para redução dos custos de manutenção dos edifícios habitacionais e das taxas de condomínio, e fomento do uso ativo da área.

É interessante mencionar, ainda, que a disposição das lâminas, além de priorizar a faixa frontal de uso público, visa se integrar aos principais eixos de circulação do setor, e se voltar a melhor disposição em relação a orientação solar.

distribuição dos ambientes - proposta



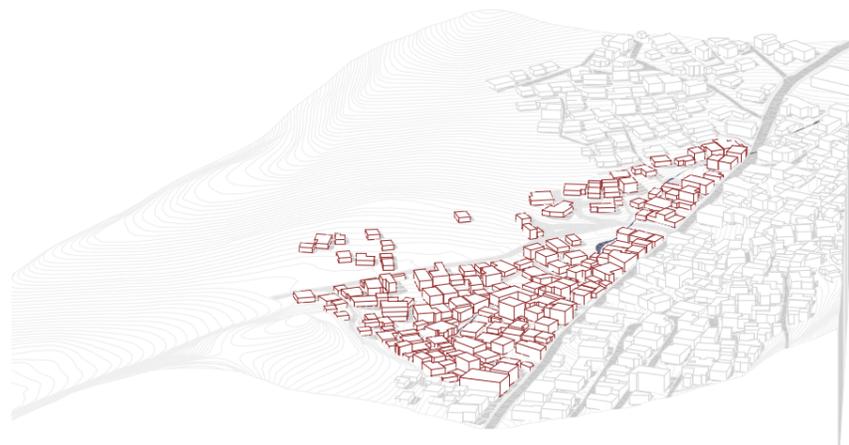
01. disposição e articulação dos ambientes

- 01** posto de saúde - 420m²
programa previsto: salas de atendimento médico, atendimento odontológico, enfermagem, salas de apoio, dml, wcs, salas técnicas, sala de reuniões, administração, sala agentes comunitárias, farmácia, recepção.
- 02** banheiros e vestiários - 50m²

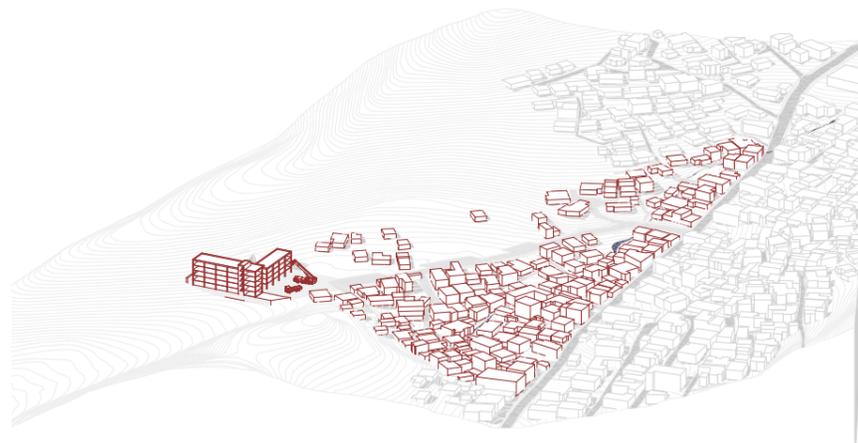
- 03** área esportiva - 1.105m²
programa previsto: quadra poliesportiva e arquibancada
- 04** administração da associação comunitária - 50m²
- 05** salas comerciais - 50m²

- 06** unidades habitacionais - 50m²
programa previsto: 2 quartos, sala de estar, cozinha, lavanderia e banheiro.
- 07** áreas de lazer - parques infantis e praças
- 08** salas multiuso (formação e contraturno) - 150m²

etapas previstas

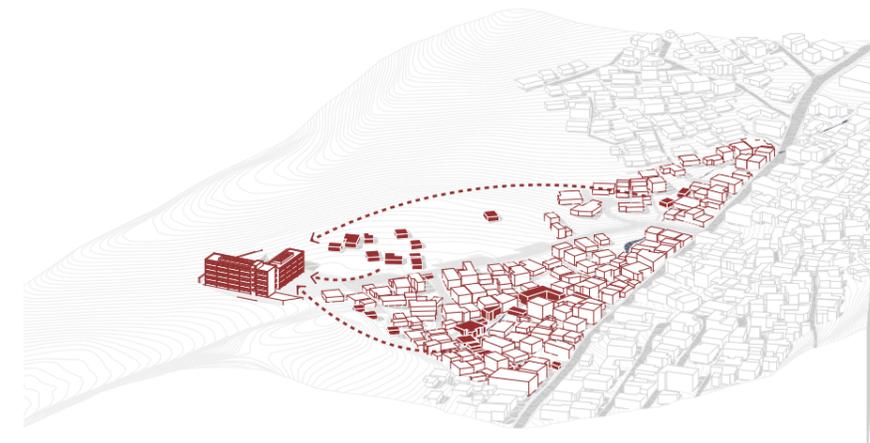


situação atual



etapa 01

- preparação da porção atualmente desocupada do terreno municipal;
- construção das lâminas 01 e 02 - 37 UH;
- infraestruturas e requalificação da Serv. Assis Antunes de Matos.



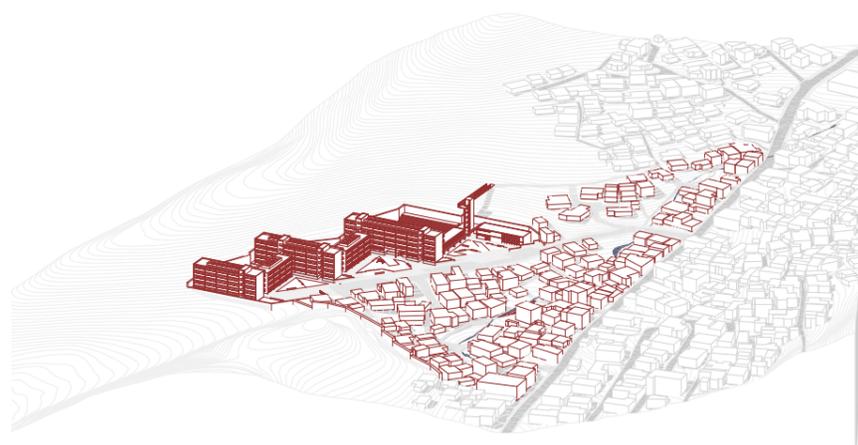
etapa 02

- realocação das 28 famílias em situação de risco e das ocupantes do terreno municipal do setor 03;



etapa 03

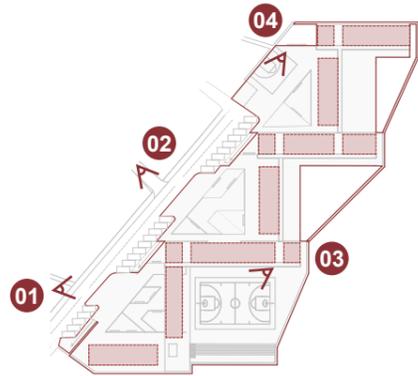
- demolição das edificações realocadas;
- preparação do restante do terreno;
- construção das lâminas 03, 04 e 05 e dos equipamentos comunitários;
- início das obras de qualificação urbana do setor.



etapa 04 - final

- conclusão das obras do conjunto habitacional e equipamentos;
- conclusão das obras de infraestrutura urbana do setor;
- realocação das moradias das áreas de risco dos demais setores para o conjunto habitacional.

perspectivas



01



02



03



04

referências bibliográficas

BRASIL. Decreto Nº 6.025/2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6025.htm

BRASIL. Lei nº 13.465/2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm

CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana. **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar Nº 482/2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, O Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2014/49/482/lei-complementar-n-482-2014-institui-o-plano-diretor-de-urbanismo-do-municipio-de-florianopolis-que-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-o-plano-de-uso-e-ocupacao-os-instrumentos-urbanisticos-e-o-sistema-de-gestao>.

FLORIANÓPOLIS. Lei complementar nº 207/2005. Altera em caráter emergencial o Plano Diretor do Distrito Sede no Maciço do Morro da Cruz e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2005/21/207/lei-complementar-n-207-2005-altera-em-carater-emergencial-o-plano-diretor-do-distrito-sede-no-macico-do-morro-da-cruz-e-da-outras-providencias>.

FLORIANÓPOLIS. Lei complementar nº 9321/2013. Cria o Parque Natural Municipal do Morro da Cruz, dá outras providências e revoga a Lei nº 6893, DE 2005. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2013/933/9321/lei-ordinaria-n-9321-2013-cria-o-parque-natural-municipal-do-morro-da-cruz-da-outras-providencias-e-revoga-a-lei-n-6893-de-2005>

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. 1996.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da cidade periférica in: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia. **O Estatuto da Cidade:**

comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, v. 120, p. 5 - 22, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. IGUATEMI Consultoria e Serviços de Engenharia LTDA. **Produto 8: Plano de Manejo do Parque do Morro da Cruz**. 2008a. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/editais/pdf/03_05_2010_12.50.44.5bcd928852ed768ef0b552baf0656177.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis. **Núcleos Urbanos Informais de Florianópolis**. Florianópolis, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação de Habitação e Saneamento Ambiental. **Projeto do Maciço do Morro da Cruz**. Florianópolis, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Secretaria Municipal de Habitação de Habitação e Saneamento Ambiental. **Relatório de Obras e Prestação de Contas**. Florianópolis, s/data. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=relatorios+de+obras&menu=6&submenuid=303>

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF. Universidade Federal de Santa Catarina. **Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR**. Florianópolis, 2006. Disponível em: https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/06/PMRR_Fpolis.pdf

SANTOS, André Luiz et al. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009.

SOARES, Raquel. **Investimentos públicos e valorização imobiliária em áreas de ZEIS: obras do PAC e moradias de aluguel na comunidade da Serrinha**. 2018.

SUGAI, M.I, PERES, L.F.B. **Mercados Informais de solo urbano nas cidades brasileiras e o acesso dos pobres ao solo: Área conurbada de Florianópolis**. Relatório Final INFOSOLO, equipe ARQ/UFSC. Florianópolis: Habitare/FINEP; IPPUR/UFRJ; ARQ/UFSC; 111 p. Dez 2006.

SUGAI, Maria Inês et al. **Segregação silenciosa: investimentos**

públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis. 2002.

TOMÁS, Elaine Dorighello et al. **Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz: de não território a território do PAC-Florianópolis**. 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio nobel, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. 1986.